

Revelada a
identidade da primeira
cineasta



catarinense.
E uma das primeiras
do Brasil



ZERO

Curso de Jornalismo da UFSC - Florianópolis, 8 de novembro de 2004 - Ano XX - Número 1



Nelson Tanure, o homem que aprofunda as crises do *Jornal do Brasil* e da *Gazeta Mercantil*

O PREDADOR *de jornais*

RETROCESSO

**ERA BUSH JÚNIOR
FRAGILIZA
IMPRENSA DOS EUA**

PÁGINAS 10 E 11



**O ADEUS DO POETA
DA FOTOGRAFIA**

CFJ

**JORNALISTAS
VERSUS
MÍDIA GRANDE**

PÁGINAS 2 E 3



Comitê fortalece Conselho em SC

Órgão que defende Conselho Federal de Jornalismo tem fortes aliados no Estado

O Conselho Federal de Jornalismo (CFJ) é uma autarquia que tem por finalidade regular a profissão de jornalista, cuidar do exercício ético da profissão e da formação de futuros profissionais. No entanto, o projeto de lei que propõe sua criação tem recebido muitas críticas de alguns meios de comunicação desde que foi enviado ao Congresso no dia 4 de agosto. A Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas), que é autora do projeto, vem procurando responder e esclarecer as dúvidas e as críticas sobre a criação do CFJ. Para isso, estão sendo criados comitês em defesa do órgão em todas as capitais brasileiras, buscando ampliar os debates e discussões. O comitê de Santa Catarina foi instalado no dia 26 de agosto em ato solene realizado no Plenarinho da Assembleia Legislativa.

Sérgio Murillo, presidente da Fenaj, esteve no evento e ressaltou a necessidade de um conselho que regulamente a profissão de jornalista e a formação dos futuros profissionais. Também compareceram representantes da Associação Catarinense de Imprensa (ACI), da seccional catarinense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Conselho Regional de Educação Física. O evento foi presidido por Rogério Christofolletti, vice-presidente do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina.

Moacir Pereira, jornalista e presidente interino da ACI, defendeu a necessidade de alterar a redação do projeto para que ele fique claro e não assuste os profissionais. Adriano Zanotto, presidente da seccional da OAB, garantiu não ter achado qualquer imperfeição no texto, que considerou leve e lembrou que qualquer problema que haja poderá ser corrigido pelo Congresso. Para ele, a OAB passou por situação semelhante enquanto estava sendo criada.

"Está havendo muita confusão em relação ao projeto. O conselho vai fazer fiscalização material, não fiscalização de opinião", alertou Moacir Pereira. Ele também considera que o momento em que o projeto foi apresentado foi inoportuno pela proximidade das eleições em outubro, ao projeto de criação da Agência Nacional de Cinema e Audiovisual (Ancinav), que também está no Congresso e com o qual o CFJ está sendo confundido além do problema que o governo teve com o repórter Larry Rohter, do diário americano *The New York Times*.

Sérgio Murillo enfatizou que a ideia do conselho foi vinculada com a censura pela grande mídia com "uma intenção deliberada de impedir o fortalecimento da categoria". Ele entende que o CFJ iria acelerar o processo de valorização da profissão de jornalista e faria também uma mediação entre a imprensa e a sociedade, que poderia recorrer ao órgão para resolver casos de abuso da imprensa, que encontram dificuldades para serem resolvidos devido à lentidão da justiça.

Todos os representantes presentes defenderam a existência de um conselho que tire do Estado o poder de conceder o registro profissional de jornalista e passe a fiscalizar o exercício da profissão, principalmente para evitar o exercício ilegal e a exploração, do profissional de imprensa. "Nós queremos ter mais autonomia com relação ao governo, emitindo os nossos registros, o que hoje é feito pelo Ministério do Trabalho", lembrou Sérgio Murillo, esclarecendo as críticas de que o CFJ seria um meio de o governo controlar o trabalho de jornalistas. "O único vínculo com o governo é a necessidade de prestar contas as Tribunal de Contas da União".

Os itens do primeiro artigo do projeto de lei são polêmicos porque poderiam dar espaço para a censura. No entanto o CFJ



No plenário da Assembleia, jornalistas locais criticam a oposição da grande mídia à criação do Conselho Federal de Jornalismo

não teria poder para tal, já que regula a profissão não a produção dos profissionais e empresas. A regulamentação da profissão e o papel fiscalizador dessa regulamentação ficaria nas mãos dos jornalistas, não mais nas mãos do governo como é hoje, através do Ministério do Trabalho, o que traria maior independência aos jornalistas. Segundo a Fenaj, se o projeto traz dúvidas quanto a isso poderá ser revisado e modificado pelo Congresso. Conselhos Federais são autarquias ou seja, órgãos autônomos com patrimônio e receita próprios e com administração independente criados por lei. Tem como única ligação com o governo a prestação de contas ao Tribunal de Contas da União e sua proposta de criação compete exclusivamente ao poder executivo, informação esta que passou despercebida ao presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, que criticou o fato de o projeto não ter sido relatado por um senador.

A ideia da criação de um Conselho Federal de Jornalismo não é recente e não partiu do governo. Começou a ser discutida no Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo ainda durante os debates que antecederam a votação da Constituição de 1988, após a campanha pela volta das eleições diretas. Em maio de 1996 foi apresentada no 27º Congresso Nacional dos Jornalistas uma tese prevendo a criação de uma Ordem dos Jornalistas do Brasil. Nessa ordem, a regulamentação da profissão deveria ficar nas mãos dos jornalistas assim como a fiscalização do mercado a fim de evitar que pessoas não regulamentadas exercessem a profissão. Também era defendida a necessidade de um órgão que tivesse força de lei para aplicar o código de ética. A tese foi aprovada pela Fenaj e pelos sindicatos de jornalistas que participaram do evento. Foi criada uma comissão para elaborar o anteprojeto. A ideia da criação de um conselho foi adiada pois a Fenaj e os sindicatos de jornalistas resolveram apoiar o projeto de lei do se-

nador Carlos Bezerra que transferia a regulamentação da profissão do Ministério do Trabalho para a Fenaj. O projeto que foi aprovado no congresso em 1999, mas vetado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso sob a alegação de interferir na organização sindical e ameaçar a liberdade de filiação. Com o veto presidencial, voltou a pauta o projeto de criação do CFJ.

A versão atual do projeto foi amadurecida em muitos encontros e congressos de jornalistas, o texto ficou disponível para críticas e contribuições durante anos, e chegou-se ao anteprojeto em 12 de setembro de 2002. O texto foi entregue em dezembro daquele ano ao então ministro do Trabalho, Paulo Jobim. De lá para cá sofreu algumas modificações recebendo apoio do presidente Lula em abril do ano passado. No dia 27 de maio desse ano o projeto foi assinado pelo ministro do Trabalho Ricardo Berzoini e no dia 4 de agosto o governo anunciou que estava enviando o projeto de lei para votação no Congresso juntamente com o projeto de lei do deputado Celso Russomano que propõe a criação de uma Ordem dos Jornalistas do Brasil. Não houve mudança de conteúdo do texto pelo governo, somente adaptações técnicas. O texto foi enxugado, de 76 artigos para 19.

Código de Ética- A obediência ao código de ética é um dos principais pontos para a criação do conselho e a maneira para se fazer cumprir este código é um dos pontos que estão em debate. Para julgar questões ligadas à ética o Comitê de Ética e Disciplina contaria com participantes de vários setores da sociedade. O Comitê teria autoridade para aplicar sanções aos jornalistas que desrespeitem o código de ética, podendo até tirar o registro profissional, assim como os conselhos de outras áreas fazem. A composição do conselho seria votada por todos os jornalistas, em voto direto e universal.

Priscila Grison



ZERO

ANO XX - Nº 1 - NOVEMBRO 2004 - CURSO DE JORNALISMO - UFSC - CCE - JOR Jornal-laboratório do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina Apoio: LabFoto, LabInfografia Arte: Wendel Martins Colaboração: Assessoria de Imprensa da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Dubez Sonogo, Fenaj, Jonas Campos, Marques Casara, Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro, Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo, Professor Victor Carlson Copy-writer: Ricardo Barreto, Felipe Bächtold, Jeanne Callegari, Luis Tasso Neto Direção de Arte e de Redação: Jornalista e professor Ricardo Barreto Editores-executivos: Alexandre Brandão, Felipe Bächtold e Wendel Martins Editores Sênior: Fabiano Ávila, Fernanda Fava, Luis Tasso Neto, Maria Fernanda Ziegler Secretária de Redação: Priscila Grison Serviços editoriais: BBC, CBS, Comuniquese, DesaparecidosPolíticos.org, O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, Google, Guardian, Magnum, Monitor da Mídia, Miami Herald, New York Times on the Web, Observatório da Imprensa, Photo, Repórteres sem Fronteiras, Revista Imprensa, Sociedade Interamericana de Imprensa, Veja, Washington Post, Edição: André Vendrami, André Ribeiro Vicente, Carlos G. Petry, Daniel A. Pereira, Débora Pires Siles, Diogo d'Ávila, Fernanda Fava, Felipe Mendes, Gutierrez Baron, Isabela Aguiar, João Werner Grando, Júlia Antunes Lorenço, Leandro Uchóas, Lucas Pereira, Luciana Dniewicz, Marco Antônio Junqueira, Mariana Vasconcellos, Marília Prado, Roberto Saraiva, Robson Martins, Tatiana de Azevedo Maia, Vitor Brandalise Júnior, Galeno Lima, Luiz Felipe Seffrin Editoração eletrônica: Felipe Bächtold, Wendel Martins Produção gráfica e circulação: Felipe Bächtold Setor de cheagem: Luiz Tasso Neto Tratamento de imagens: Alexandre Brandão, Felipe Bächtold e Wendel Martins Fotografia: Daiane Schmitt, Josef Koudelka, Marcelo Souza Textos: Alexandre Albuquerque, Fernanda Fava, Francis França, Greice Batista, Maria Fernanda Ziegler, Mariana Segala, Maurício Frighetto, Priscila Grison, Roberto Saraiva, Robson Martins, Rodrigo Schmitt, Tatiana Leme, Upiara Boschi, Vanessa Clasen, Wendel Martins Impressão: Diário Catarinense Redação: Curso de Jornalismo (UFSC-CCE-JOR), Trindade, CEP 88040-900, Florianópolis, SC Telefones: 55(48) 331-6599, 331-9490, 331-9215 Fax: (48) 331-9490 Sítio: www.zero.ufsc.br E-mail: zero@cce.ufsc.br Circulação: Nacional, gratuita e dirigida Tiragem: 5.000 exemplares

Melhor Peça Gráfica

e-ZERO

3º Melhor
Jornal-laboratório do Brasil

Melhor Jornal-laboratório
1 Prêmio Foca

Patronato da mídia não quer tutela

Editoriais e reportagens tendenciosas revelam interesses da grande imprensa

No dia do jornalista, 7 de abril, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) em audiência com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresentou um projeto para a criação do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ), que visa regulamentar e fiscalizar a atividade de Jornalismo e substituir a atual regulamentação, em vigor desde 1979. Em 4 de agosto, o governo enviou o texto à Câmara dos Deputados e ato contínuo, os maiores e mais prestigiados veículos da grande imprensa protestaram veementemente, sob acusação de cerceamento da liberdade de expressão e ilações sobre a implementação no país de um regime nos moldes stalinistas. Um estudo feito pelo projeto *Monitor de Mídia*, da Universidade do Vale do Itajaí (Univali) revela que a grande imprensa tratou o assunto de maneira tendenciosa, dando maior destaque para opiniões que criticavam o projeto. O debate sobre a criação do Conselho Federal de Jornalismo iniciou na década de 80, e dessa idéia depende a modernização de um setor que fatura 8 bilhões de reais ao ano, emprega mais de 500 mil profissionais e que tem a capacidade de influenciar e mobilizar a opinião pública de todo o país.

A caldeira esquentou quando Lula, em jantar de comemoração à posse de Leonel Fernández, presidente da República Dominicana, comentou em tom irônico a um grupo de jornalistas: "Vocês são um bando de covardes mesmo. Não tiveram coragem de defender o Conselho Federal de Jornalistas". A repercussão foi imediata, a ponto de José Genoíno, presidente do PT, pedir que o governo retirasse o apoio ao projeto, delegando à Fenaj a negociação com parlamentares. "O governo Lula nada tem com isso. Estão botando nas costas dele o que ele não deve", eximiu-se. O jornal *O Estado de São Paulo* informou que o presidente só vai retirar o apoio se a entidade fizer uma solicitação formal.

A Fenaj não abre mão do projeto, mas aceita modificações. O sítio Comuniquê-se informa que a diretoria tem intenção de substituir a atual proposta por uma versão anterior encaminhada em 2002 a Paulo Jobim, então ministro do Trabalho do governo de Fernando Henrique Cardoso. Em uma audiência no Senado no dia 15 de agosto, Aloísio Lopes, primeiro secretário da Fenaj e presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, ponderou que mudanças "são necessárias, importantes e viáveis, mas queremos que o Legislativo não nos negue o direito a ter um conselho profissional". Para Lopes é necessário suprimir expressões que dão a entender o cerceamento da liberdade de imprensa, e destacar a construção de um órgão que vai zelar pela qualidade da informação e pelo exercício ético do jornalismo.

Esse "novo" projeto pode ser mais extenso que o atual, o texto de 2002 tinha 73 artigos; a versão atual 19. A Fenaj também estuda a possibilidade de retirar as modificações feitas pela Casa Civil, incubindo o CFJ de vigiar não apenas o exercício da profissão de jornalista, mas também as atividades de veículos de comunicação. Pelo 1º artigo do projeto assinado pelo ministro Ricardo Berzoini, em 27 de maio, cabia ao Conselho "disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de jornalista". Após a passagem pela Casa Civil, esse trecho teve alguns acréscimos, e ficou sendo "disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de jornalista e da atividade de jornalismo". Essa modificação foi o estopim para a maior parte das críticas ao projeto.

Tanto a Associação Nacional de Jornais (ANJ) quanto a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) vêm no Conselho o diabo personificado. O presidente da ANJ, Francisco Mesquita Neto, da família que controla o grupo OESP, disse que os conselhos são "na prática, tribunais espúrios e corporativistas, com poderes para impedir jornalistas de exercer sua profissão e para suspender veículos de comunicação". Maurício Azevedo, da ABI, afirmou que tem medo da criação do CFJ, uma "violação da ordem democrática definida pela Constituição Federal".

A Ordem dos Advogados do Brasil discorda da opinião das instituições que representam as empresas de comunicação. Em nota, publicada no dia 19 de outubro, a OAB não contempla "nenhum atentado às liberdades constitucionais de pensamento, opinião e informação jornalística". A instituição é favorável à criação do Conselho, mas faz algumas ressalvas. A principal sugestão é a desvinculação com o poder público, ou seja, o CFJ não poderá ser uma autarquia nem prestar contas ao Tribunal de Contas da União.

Uma cartilha publicada pela Fenaj diz que "as empresas sempre se opuseram a qualquer regulamentação do setor e temem a valorização da profissão". O jornalista Sérgio Murillo de Andrade, presidente da Fenaj, em entrevista à *RadioBrás*, defende que o Conselho é também uma iniciativa para melhorar o acesso da sociedade aos meios de comunicação. "A democratização da comunicação deve se dar não só no sentido de questionar a concentração absurda da propriedade privada da mídia no Brasil, mas também de criar mecanismos, possibilidades de incidência sobre os conteúdos que são veiculados", alerta.

Paladino da esperança – Um das poucas vezes a defender o projeto foi o veterano jornalista Mino Carta. Ele afiança que a grande mídia não quer ver o projeto aprovado e contrapõe a tese de defesa da liberdade de expressão aos interesses políticos e econômicos dos donos dos meios de comunicação. "Não viria a ser a liberdade dos próprios patrões de cuidarem exclusivamente dos seus interesses, e dos interesses do poder, os quais não coincidem necessariamente com aqueles dos seus leitores e da nação verde-amarela em geral?", indaga no editorial da revista *CartaCapital* de 18 de agosto.

Foi unânime entre os contrários ao projeto o argumento de que o Conselho Federal de Jornalismo combina mais com regimes autoritários e não com uma democracia. Alberto Dines, o mais antigo e proeminente crítico de mídia do país, disse se tratar de uma "homenagem ao onipotente Estado Novo com toques de Mussolini, George W. Bush e Hugo Chávez", exagerou. No dia 7 de agosto, Miriam Leitão, colunista do jornal *O Globo* escreveu num artigo intitulado, *Adeus, Lênin*, opinando que já existem mecanismos de controle para a imprensa. O deputado baiano José Carlos Aleluia, líder do PFL na Câmara, rechaçou o "viés autoritário" do projeto.

"O que estão tentando fazer com a imprensa já tentaram fazer com o Ministério Público, como é o caso da Lei da Mordada", profere João de Deus Duarte, presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público. A mesma idéia é compartilhada pela Associação dos Magistrados Brasileiros, que veio a público se manifestar contra a proposta. José Paulo Cavalcanti Filho, advogado do jornal *O Estado de São Paulo* e presidente do Conselho de Comunicação Social, afirmou que "esse Conselho Federal de Jornalismo não vem num bom momento". Sugere que esse debate pode ficar para depois, mas relembra que o projeto da nova lei de imprensa se arrasta, no Congresso, desde 1992. E que a emenda está pronta para ser votada na Câmara há exatos sete anos.

No dia 17 de agosto, José Sarney (PMDB-AP), presidente do Senado, assegurou que o projeto de lei não vai ser aprovado no Congresso. "É uma tentativa que ocorre ciclicamente de se tentar exercer algum controle sobre os mecanismos da imprensa", brada o parlamentar, dono do Sistema Mirante, maior grupo privado de comunicação do Maranhão. O presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), também se insurgiu contra a idéia. "Jornalismo só pode ser exercido com total liberdade e, para isso, é indispensável a crítica". A proposta segue em discussão e para iniciar a tramitação nas comissões temáticas, o projeto depende de um despacho de Cunha.

Pitaco dos gringos – O projeto de lei que tenta criar o CFJ também sofreu com as críticas de entidades estrangeiras que trabalham em favor da liberdade de expressão. Rafael Molina, presidente da Comissão de Liberdade de Imprensa da *Sociedade Interamericana de Im-*

prensa (SIP), reprovou as sanções que o texto prevê aos jornalistas. "É uma tentativa aberta de fiscalizar e castigar aos informadores", disse Molina, clamando ao presidente Lula que reconsidere a iniciativa e retire o apoio à idéia.

No mesmo tom foram as críticas feitas pela ONG *Repórteres Sem Fronteiras* (RSF), que considera a obrigação de inscrição nos Conselhos de Jornalismo para exercer a profissão contrária à Declaração de Princípios da Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. "Não questionamos as intenções dos profissionais que estão na origem do projeto e que desejavam melhorar a qualidade do jornalismo. No entanto, o projeto é perigoso para a liberdade de imprensa", anunciou num comunicado, Robert Ménard, secretário-geral da RSF.

Até mesmo o jornal americano *Miami Herald* escreveu um editorial atacando a proposta de lei enviada pelo governo ao Congresso Nacional. O diário escreveu que órgãos do gênero "são instrumentos de intimidação e censura mais populares em democracias repressoras, tais como Venezuela e no regime totalitário de Cuba". No texto, o governo Lula, "enfrenta alegações de corrupção e incompetência" e o conselho é visto como uma proposta "pesada e vingativa para controlar quais notícias o público consome". O *Herald* em conjunto com outros 26 grandes jornais americanos assinou o manifesto encabeçado pelo *New York Times* a favor da candidatura do democrata John Kerry, em oposição à direita radical de George Bush que reduziu os direitos civis nos Estados Unidos.

Cobertura tendenciosa – Durante os dez primeiros dias depois do envio do projeto que cria o CFJ à Câmara pelo presidente Lula, o *Monitor de Mídia*, uma iniciativa da Universidade do Vale do Itajaí, de Santa Catarina, que conta com apoio do Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação (Epicom), acompanhou se os principais jornais do país tratavam o tema de maneira imparcial. A análise do *Monitor de Mídia* contabilizou as fontes favoráveis e contrárias à concepção do Conselho. Todos os diários foram reprovados.

Para o estudo, a *Folha de São Paulo* simulou um equilíbrio de fontes, manteve um número semelhante de opiniões contrárias e favoráveis, mas "as opiniões negativas foram muito mais destacadas dentro das matérias". Além de editoriais que rechaçavam o projeto, todos os colunistas criticaram de alguma maneira o Conselho. "Oito artigos sobre o CFJ foram publicados na *Folha* sendo apenas um defendendo a sua criação (...) Os demais textos bombardearam o anteprojeto do CFJ", constata o *Monitor de Mídia*.

O *Estado de S. Paulo* cobriu o tema "de maneira bastante tendenciosa". O jornal não publicou nenhum editorial favorável à idéia. Na área de notícias, em apenas em um dos dez dias que o estudo monitorou, o diário tratou o tema com imparcialidade, dando voz aos dois lados da polêmica. Nas outras edições, o *Estado* se mostrou francamente contrário à proposta. O que não surpreende.

Já o *Correio Braziliense* se mostrou um pouco mais maleável e abriu espaço para os que defendiam o CFJ, entrevistando inclusive o presidente da Fenaj, Sérgio Murillo de Andrade. Mesmo assim, o estudo revela que o jornal era contra o projeto, "chegando a dar ligeiramente mais espaço a esse viés". A cobertura dada pelo *Jornal do Brasil* primou pela área editorial, apenas quatro matérias trataram o assunto. O estudo aponta que as reportagens do jornal não esclareceram aos leitores o que é o projeto, nem se preocuparam em ouvir um representante da Fenaj. "Já no material opinativo a posição do jornal, contrária à criação do Conselho, ficou mais clara", sentencia o *Monitor de Mídia*.

Apenas o jornal *O Globo*, mostrou uma cobertura relativamente equilibrada. Apesar de editoriais francamente contrários à idéia, o conteúdo noticioso se mostrou mais imparcial. "Apesar de a estruturação das matérias estar de acordo com a linha editorial e sugerir que o projeto não é adequado nem necessário, dando mais destaque às posições contrárias à criação do CFJ, o outro lado também foi ouvido. Na contabilidade das fontes mencionadas pelo jornal, houve equilíbrio entre os ataques e o apoio ao conselho". O jornal chegou a publicar no dia 11 de agosto reportagem com o título *Fenaj denuncia massacre da mídia*. A colunista Tereza Cruvinel opinou que "sustentar que as práticas da imprensa não podem ser discutidas é acreditar que tudo lhe é permitido".



CFJ:

Todos os irmãos Marx apóiam

Wendel Martins

Negociações no JB continuam críticas

Irritado, Tanure ofende sindicato e jornalistas aumentam tom das reivindicações

Dines critica submissão e é demitido

"O JB está a serviço do governo do Estado do Rio de Janeiro". Este é um dos motivos de revolta de Alberto Dines com o *Jornal do Brasil*, redação na qual trabalhou de 1992 até o dia 11 de junho, quando publicou o artigo *A imprensa sob custódia*, no sítio *Observatório da Imprensa*. Dines critica a mídia fluminense por relaxar na cobertura da massacre de 30 presos da Casa de Custódia de Benfica, no Rio. Para o jornalista, o *Jornal do Brasil* colaborou com o casal Garotinho no momento em que praticamente ignorou os fatos ocorridos que, segundo ele, seriam suficientes para um impeachment do governo. "O JB abdicou de fazer jornalismo", acusou em seu artigo. Dines acusa a diretoria do jornal de obedecer ao casal Garotinho. Para ele, não há mais compromisso com os leitores. "Parece jornal, tem periodicidade de jornal, tem os atributos formais de um jornal, tem uma história incorporada ao jornalismo brasileiro, mas neste momento é movido por dinâmica e prioridades diferentes das de um jornal".

As prioridades diferentes seriam os interesses comerciais, que, para ele, ficaram claras quando foi proibido pela direção do *Jornal do Brasil* de replicar uma contestação do governo do Rio de Janeiro ao seu artigo semanal. Além das críticas feitas em *A imprensa sob custódia*, Alberto Dines publicou após a sua demissão mais três artigos, entre eles *A vitória dos Garotinhos 1 e O JB e a ideologia do cala-a-boca*, que critica a postura da direção do centenário diário. De acordo com o artigo, Nelson Tanure e José Antônio do Nascimento Brito, presidente do Conselho Editorial, acreditam que o jornalista "ao aceitar um salário, desliga a sua consciência e despluga o seu senso crítico. Ao trabalhar e ganhar, perde o direito de exercer o seu discernimento", ou seja, na concepção deles, o jornalista não deveria passar de fantoches manipuláveis e sem senso crítico, "meio jornalistas". Porém, trabalhar num jornal não significa que ele deva ser "solidário ou parceiro da empresa editora nos negócios que faz", é o oposto disto, "se os negócios que faz comprometem a respeitabilidade do jornal, cabe ao profissional da informação reclamar", acrescenta.

Como o *Jornal do Brasil* não tomou as críticas como construtivas, demitiu o jornalista que já era quase uma figura lendária no jornal, pois foi um dos principais responsáveis pela reforma que revigorou o *Jornal do Brasil* na década de 60. Dines diz que foi censurado em todos os sentidos e considerou a demissão "uma violência contra a imprensa". A diretoria do JB esperava que Dines fosse pedir sua demissão após a publicação do artigo no *Observatório da Imprensa*. Como não o fez, sentiu-se no direito de demiti-lo, pois considerou as acusações do jornalista como "falsas, brutas e erradas". No e-mail de demissão, José Antônio do Nascimento Brito alega que o *Jornal do Brasil* está preocupado em fazer o bom jornalismo e que a marca do jornal é apurar os conteúdos com "isenção e objetividade". Segundo o presidente do Conselho Editorial, "nada mais poderia ser feito a não ser efetuar a suspensão (sic) do jornalista Alberto Dines".

Greice Batista

Um homem entra na sala de reunião da diretoria de um jornal, com a presença de todos os vice-presidentes, diretores de administração, de redação e do jurídico, além de três representantes do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro, e começa a berrar e dar socos na mesa, fala dez minutos sem parar e sai da sala, de forma cinematográfica. Este homem seria preso se não fosse o senhor Nelson Tanure, o dono do jornal em questão, o tradicional *Jornal do Brasil*.

O episódio foi relatado por Aziz Filho, presidente do sindicato, que presenciou uma reunião no dia 13 de setembro que deveria procurar meios de solucionar o impasse entre os trabalhadores do JB e a diretoria. Tanure "começou a agredir o sindicato, dizer que iria me processar criminalmente, que tinha investigado a minha vida e descobriu pelas minhas atitudes que eu sou um agente do *Globo* a serviço da implantação do monopólio da comunicação no país. Quer dizer, falou um monte de sandices, absurdos, deu socos na mesa e saiu, foi embora", conta Aziz.

A reunião, obviamente, se encerrou com o episódio. Os representantes dos trabalhadores se retiraram e disseram só negociar na sede do sindicato ou na Delegacia Regional do Trabalho, nunca mais na diretoria do *Jornal do Brasil*. Para Marcos Barros Pinto, editor-chefe do JB, "Tanure reagiu às agressões feitas contra ele nas manifestações". Pinto relata que o sindicato distribuiu panfletos que atacaram pessoalmente o empresário, julgando sua competência de administrador. Questionado sobre a violência do ataque do dono do *Jornal do Brasil*, ele diz que "foi legítima".

O caso JB- As divergências entre Tanure e o sindicato começaram no dia 16 de agosto, com a demissão de 64 jornalistas do grupo *Jornal do Brasil e Gazeta Mercantil*. Na redação do Rio foram 28 pessoas, quatro demitidos eram da sucursal de Brasília e o resto eram de outras atividades ou estavam espalhados pelo país. A intenção do dono do JB era fazer uma sinergia entre a redação do Rio e com a *Gazeta Mercantil*, que também pertence a ele. A ideia era que toda a edição de economia do JB fosse feita pela *Gazeta*. Haveria quatro páginas em branco no *Jornal do Brasil* no qual seriam "coladas" as matérias do jornal econômico. Além disso, Tanure demonstrou a intenção de demitir a maioria dos jornalistas da editoria esportiva do JB também, substituindo por material comprado do jornal *Lance*. A outra mudança que "justificaria" as demissões seria o fato de tanto o caderno de informática do JB como da *Gazeta* serem feitos por uma só pessoa. Para finalizar o corte de gastos, a direção do jornal do Rio pediu para todos os jornalistas com carteira assinada assinarem um documento abrindo mão do décimo terceiro salário.

O problema não se resume a como ficaria um dos mais tradicionais jornais do país, mas como ficariam os demitidos. Todos eles eram contratados como pessoas jurídicas (PJ) e, por isso, não receberam nenhuma indenização no ato da demissão. Como não eram contratados com carteira assinada, também não tiveram direito a benefícios trabalhistas, como fundo de garantia, férias e décimo terceiro. Segundo o Sindicato, todos que ganham acima de R\$ 2 mil ou seja, 70% dos jornalistas que trabalham no JB, eram contratados como pessoas jurídicas. O editor-chefe do jornal diz que são apenas 50%.

"Eventualmente é necessário tomar essas atitudes", diz Marcos Barros Pinto. O editor-chefe explica essa situação dizendo que a economia do Rio de Janeiro não tem crescido como a brasileira ou a paulista e as empresas tem que se adaptar a essa situação. "Não é fácil. Ninguém quer demitir" garante.

A reação- Aziz Filho conta que o contra-ataque do sindicato foi imediato. Eles tentaram negociar diretamente com a diretoria do JB. Assembléias dos jornalistas da *Gazeta Mercantil* decidiram de forma alguma produzir material para o *Jornal do Brasil*. A possibilidade de greve também foi cogitada. Além disso, o sindicato organizou uma manifestação na avenida Rio Branco, no dia 30 de agosto, que reuniu mais de 200 pessoas. Nelson Tanure foi exposto em faixas e cartazes, que tinham como objetivo mostrar

para a sociedade o que estava acontecendo com o JB. No dia 5 de setembro mais de 300 pessoas panfletaram em frente ao Posto 9, em Ipanema, "um lugar que reúne maior agitação política no final de semana", como conta Aziz. Os panfletos alertavam a população para o perigo da queda da qualidade do JB e pediam para que todos para que a população que pressionasse a direção do jornal, telefonando reclamando, escrevendo e-mails e cancelando as assinaturas. O evento durou mais de três horas. As passeatas acabaram tendo resultados. Foram elas que irritaram Nelson Tanure, que não está acostumado a ter seu nome tão exposto, e geraram a explosão de ânimos da reunião entre o dono do *Jornal do Brasil* e o sindicato. Mas também devido as manifestações a direção do JB voltou um pouco atrás na ideia de exploração dos jornalistas do grupo.

Com relação à parte econômica do *Jornal do Brasil*, foi decidido manter uma redação única do JB e da *Gazeta*, deixando três jornalistas do jornal carioca e quatro do jornal paulista, com a possibilidade de contratação de outras pessoas. Aziz conta que "vai haver ainda um fechador para o JB e um fechador para a *Gazeta*. Mas o conteúdo vai ser semelhante. A ideia anterior era que não haveria ninguém da economia do JB e todos os textos, títulos e opiniões seriam tirados da *Gazeta*". Houve um recuo também quanto à demissão dos jornalistas da editoria de Esporte, graças ao sucesso da cobertura das Olimpíadas de Atenas. As últimas notícias eram que o responsável pelo caderno de Informática do *Jornal do Brasil* também não havia sido demitido. Depois de muita insistência do sindicato, a direção do jornal também decidiu pagar todas as rescisões de contrato dos demitidos e desistiu de obrigar os jornalistas a abrirem mão do décimo terceiro salário. "Na verdade está acontecendo uma queda de braço e o resultado dela depende da mobilização dos trabalhadores do JB e da sociedade. Se o pessoal recuar, ele (Tanure) vai fazer tudo o que ele quer" relata o presidente do sindicato.

A luta continua- Apesar das reviravoltas ocasionadas pelas manifestações, a luta dos jornalistas continuou por todo o mês de setembro. As reivindicações do sindicato eram para que houvesse a contratação imediata pela legislação atual de todos os jornalistas que são pessoas jurídicas, ou seja, seguindo as leis trabalhistas. Pagamento em dia e o fim da "exploração criminosa da mão de obra estagiária" também eram solicitações da categoria. O sindicato também moveu uma ação civil no Ministério Público, relatando as irregularidades que estão ocorrendo. "Queremos apenas que o senhor Tanure respeite a lei" reivindicou Aziz Filho.

As negociações entre diretores do jornal e os representantes dos jornalistas avançaram. Mas elas só ocorreram na sede do sindicato, graças ao destempero de Tanure. Como a direção do JB, nas pessoas de Marcos Barros Pinto e Hélio Tuscler, estava desenvolvendo um acordo, a assembléia dos jornalistas do *Jornal do Brasil* decidiu cancelar as manifestações programadas para os dias 19 e 23 de setembro.

Aparentemente, era apenas isso que a direção do JB queria. Com relação as reivindicações do sindicato, o jornal carioca apresentou uma contra-proposta. Eles concordaram em assinar a carteira de todos os jornalistas que são contratados como PJs, desde que cortando 50% dos salários deles. "Essa proposta é um escárnio" reclama Aziz Filho. Ele relata que os jornalistas do *Jornal do Brasil* já estão há três anos sem receber aumento.

Pessoas jurídicas- O editor-chefe do JB afirma que o fato de existirem profissionais sendo contratados como pessoas jurídicas não é um hábito só do jornalismo, ocorrendo em muitas profissões. "Tam-

bém não é uma prática criada pelo JB, pois a Rede Globo faz isso e a *Folha de São Paulo* também adota. A *Folha* mesmo fez uma matéria dizendo que isto está se tornando uma prática comum" argumenta Pinto.

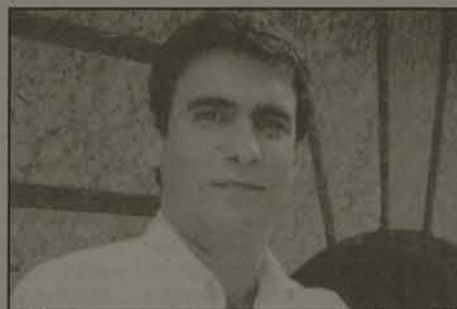
O presidente do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro não concorda. "O que ocorre em algumas empresas, na verdade é uma tendência que está acontecendo cada vez mais, é que os salários mais altos são transformados em PJ, inclusive porque contam com a concordância dos próprios jornalistas, que tem uma carga tributária menor quando viram PJ. Mas no *Jornal do Brasil* não é uma opção, é obrigação. Nos outros jornais é minoria, restrito aos salários altos. A partir de R\$ 10 mil, por exemplo, às vezes o jornalista avalia que é mais negócio ele virar PJ porque paga menos imposto de renda, por exemplo. Só que é absolutamente ilegal. Mesmo o jornalista aceitando isso, se depois de trabalhar muitos anos ele entrar na justiça ele consegue receber todo o vínculo empregatício, férias, fundo de garantia, décimo terceiro que ele não recebeu como PJ. Mesmo concordando. No caso de não concordar, a motivação para ir na justiça buscar seus direitos é ainda muito maior. E conta com apoio total do sindicato" afirma Aziz.

Marcos Barros Pinto afirma que na época das demissões quatro estagiários também foram demitidos, com 33 continuando a trabalhar na redação. Questionado sobre a proibição de estágio para jornalistas, ele diz que essa ainda é uma "zona cinzenta" da legislação. A empresa sugeriu ao sindicato um plano de estágio, que seria posto em prática a partir de março de 2005. O editor-chefe acredita ser importante a existência de estagiários, pois "como dizem no Clube de Regatas Flamengo, aqui no Rio, craque a gente deve fazer em casa". Com relação à substituição de jornalistas formados por estagiários para fazer o mesmo trabalho por um salário menor, Barros garante que "isso não é algo que a empresa admira nesta gestão".

O sindicato não ficou contente com a proposta do *Jornal do Brasil*. Ele reivindicava que os estagiários trabalhassem apenas quatro horas por dia, não podendo editar matéria, não participando de plantão nem publicando matéria. A situação dos estagiários é totalmente contra a lei, conta Aziz. "Alguns estudantes trancam a matrícula na faculdade para não deixarem de ser estagiários e perderem o emprego", garante.

Últimos lances- Depois de quase dois meses das demissões ocorridas no *Jornal do Brasil*, as negociações ainda continuam tensas. Depois de "uma assembléia nervosa", onde alguns sindicalistas queriam acabar com as negociações e voltar às manifestações, os jornalistas do JB decidiram ser totalmente contra as propostas da direção do jornal. O sindicato formulou uma nota sobre a situação, que divulgou na imprensa, e esse artigo deixou a direção do *Jornal do Brasil* irritada. Até o fechamento desta edição, a crise no JB tinha crescido um pouco mais. Por iniciativa do Paulo Marinho, vice-presidente da empresa, o *Jornal do Brasil* está pretendendo passar para a sucursal de Brasília a confecção da capa, além das editorias de Economia, Política e Internacional. O Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro está movendo uma campanha intitulada *O JB é do Rio*, que já gerou uma paralisação simbólica de meia hora na redação, na quinta-feira, 21 de outubro. Com relação às dívidas trabalhistas, o diário pagou a maioria das rescisões, mas ainda não atendeu as exigências do Sindicato, que decidiu entrar com uma ação civil pública contra o jornal.

Robson Martins



Aziz: "Queremos só que Tanure respeite a lei"

Passeatas aceleram negociação mas não garantem direitos



Tanure quer fazer jornal sem jornalista

Empresário tem passado marcado por escândalos e não respeita leis trabalhistas

Ele quer ser o Chateaubriand moderno". É esta a opinião de Octavio Frias de Oliveira, dono do jornal *Folha de São Paulo*, sobre o empresário Nelson Tanure. Este baiano de 53 anos, conhecido por comprar empresas falidas para depois vendê-las, é dono da empresa Docas e da Companhia Brasileira de Multimídia, que controla o *Jornal do Brasil*, a *Gazeta Mercantil*, o sítio *InvestNews* e a versão brasileira da revista *Forbes*. No mundo dos negócios, tem fama de negociador "implacável, frio e sem limites". Formado em Administração pela Universidade Federal da Bahia, Nelson Tanure começou como empresário no final da década de 70. Passaram por suas mãos companhias de equipamentos de petróleo, de equipamentos industriais e uma indústria naval, de produção de petróleo. Ele justificou a mudança de rumo e sua investida na imprensa com uma frase do filósofo alemão Nietzsche: "Lá, onde mora o perigo, também mora a salvação". O experiente jornalista Ricardo Noblat diz em seu *blog* que "o futuro da mídia no Brasil tem mais a cara do empresário Nelson Tanure do que a dos Marinho, dos Mesquitas, dos Frias e dos Civitas", pois ao forçar a sinergia dos meios de comunicação, o jornalismo é cada vez mais tratado como um negócio igual aos outros. A razão de Tanure não ser mais comparado com Chateaubriand é que o dono do *Jornal do Brasil* prefere ser discreto e não aparecer na mídia, ao contrário de Assis Chateaubriand, que adorava extravagâncias.

A primeira aparição mais evidente de Nelson Tanure foi com a sua empresa produtora de turbinas para geração de energia elétrica, a Sade, que já foi comprada falida. O governo da época (1990), de Fernando Collor e Zélia Cardoso, foi acusado de beneficiar a empresa de Tanure. A ministra da Economia teria obrigado fundos de pensão a investirem US\$ 11 milhões na Sade. A ministra teria passado por cima das decisões dos técnicos do governo e obrigado este investimento. Para defender-se das acusações, Tanure alegou que o governo lhe devia US\$ 20 milhões e que apenas pediu investimento em sua empresa, como forma de pagamento. Em 1972, a Cinassa, sua construtora e seu primeiro empreendimento, também teve problemas. Foi denunciada por dar como garantia a empréstimos bancários escrituras de imóveis que não possuía.

O empreendimento seguinte foi a Indústria Verolme Ishibrás. O estaleiro construiu três plataformas de produção de petróleo e dominou 80% do setor no país. Em 1995, a empresa acumulou US\$ 600 milhões em dívidas, R\$ 60 milhões só para o Bndes. A Verolme está no *ranking* das 20 maiores devedoras do INSS, com uma dívida de R\$ 250 milhões. O empresário culpou o governo pelo fracasso da Verolme. Outra empresa que estava falida e foi adquirida por Nelson Tanure foi a Docas Investimentos. O grupo Docas controla a *holding* DocasNet, que comprou o *Jornal do Brasil* e a *Gazeta Mercantil*, além de sítios na Internet, como Seguros.com.br e E-Safe Transfer, e a incubadora de sítios WebNursery. Nas investigações feitas pela Kroll, uma das maiores agências de auditoria e espionagem do mundo, responsável pelo escândalo no governo em maio deste ano, constava o nome da *holding* de Nelson Tanure, que pode estar associada à Telecom Itália, investigada a pedidos de Daniel Dantas, dono do banco Opportunity e da Brasil Telecom.

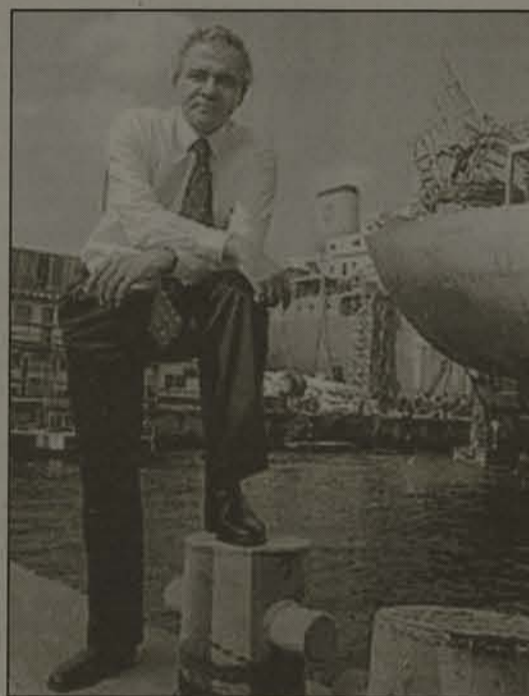
Esta não foi a primeira vez que surgiram os nomes de Daniel Dantas e Nelson Tanure envolvidos no mesmo caso. Em 2000, o Banco Opportunity e o grupo canadense TIW disputavam o controle acionário das empresas Telemig Celular e Tele Norte Celular, privatizadas em 1998. O grupo canadense ficou de fora do bloco de controle das empresas, devido a um acordo feito entre o Opportunity e outros acionistas. Com isso, seus 49% de ações foram desvalorizados e Daniel Dantas, mesmo sendo sócio minoritário, tinha mais poder que o grupo do Canadá. Bruno Ducharme, canadense presidente da TIW, entrou na justiça para processar o banco de Daniel Dantas e contratou Nelson Tanure para ser o negociador. Ele entrou na história com a tarefa de desfazer o grupo *Neutel*, que foi criado pelo Banco Opportunity e pelos acionistas minoritários para controlar as empresas telefônicas. A TIW e os fundos de investimento sócios da Telemig Celular e Tele Norte Celular queriam desfazer a parceria, pois o acordo feito dava amplos poderes a Daniel Dantas. Em 2003, a TIW acabou por vender as ações ao grupo Opportunity com um prejuízo de US\$ 310 milhões. O envolvimento de Tanure apareceu mais recentemente, no dia 28 de agosto, no processo movido pela justiça contra Daniel Dantas. Em 2001, o banqueiro havia processado Bruno Ducharme e Luiz Demarco, ex-sócio de Dantas. A acusação era de que Nelson Tanure e Paulo Marinho, vice-presidente do *Jornal do Brasil* e braço direito do empresário, haviam extorquido e ameaçado Daniel Dantas, a mando de Ducharme. No processo consta que Nelson Tanure falara numa reunião em um hotel no Rio de Janeiro o seguinte: "Eu teria, se estivesse no seu lugar, preocupação com a segurança de sua irmã. Tem muita gente ruim em volta dos canadenses. Compre a participação dos canadenses. Pague o preço". A irmã é Verônica Dantas, acionista do Opportunity. O Ministério Público concluiu

que a acusação era falsa e agora Daniel Dantas responde ao processo de "denúncia caluniosa".

Além do caso do processo, em maio de 2001 Nelson Tanure e Paulo Marinho protagonizaram a reportagem da *Veja* embasada em grampos telefônicos clandestinos para investigar a disputa pelo controle das empresas telefônicas. A revista relata a conversa de Tanure, Marinho, o jornalista Ricardo Boechat e mais envolvidos no caso Opportunity/TIW. Nos telefonemas entre os velhos amigos Paulo Marinho (que não tem parentesco com os Marinho da Rede Globo) e Ricardo Boechat, o vice-presidente do *Jornal do Brasil* pede ao jornalista, na época o colunista mais lido do jornal *O Globo*, para escrever uma matéria denunciando manobras de Daniel Dantas para retirar o poder de voto dos outros sócios da Tele Norte Celular e Telemig Celular. O título do texto publicado foi *Opportunity quer tirar poder de votos dos fundos*. Por telefone, Boechat leu a reportagem para Marinho antes de publicá-la. A matéria serviu para a TIW anular a tentativa do Banco Opportunity de retirar o poder de voto dos fundos. A diretoria do jornal *O Globo* considerou as relações entre Ricardo Boechat e o *JB* muito estreitas e o demitiu logo após a publicação da reportagem na revista. Num trecho de gravação não publicado, Boechat fala para Tanure não demonstrar "ambição política nem projeto de poder" ao falar com João Roberto Marinho, vice-presidente, na época, das Organizações Globo. O jornalista disse que a revista o colocou como "bandido" da história, mas admite que deveria ter passado a outro jornalista a matéria sugerida pelo seu compadre Paulo Marinho. Ricardo Boechat, desde a demissão, escreve para o *Jornal do Brasil*.

Outro motivo por Nelson Tanure aparecer na revista *Veja* foi na matéria *O baú do lobista*, publicada em outubro de 2001. A revista encontrou o seu nome em anotações de Alexandre Paes dos Santos, considerado o maior lobista de Brasília. Entre as apreensões feitas pela polícia, estava a agenda do lobista, que continha informações sobre Tanure. Segundo as observações de Paes dos Santos, Tanure foi caixa de campanha de vários políticos, como Bernardo Cabral, Luiz Paulo Velloso Lucas, Jader Barbalho e Gilberto Mestrinho, que havia lhe facilitado negócios na Zona Franca de Manaus. Nas anotações, consta também que Nelson Tanure é o "melhor amigo" da TIW fora do governo. Para o lobista, o empresário utiliza informações do Banco Central para beneficiar seus negócios e ainda é sócio oculto do Banco Fator. A resposta de Nelson Tanure à matéria da *Veja* veio pelo editorial do *Jornal do Brasil*. O repórter Policarpo Júnior, responsável pela reportagem da *Veja*, foi chamado de "talibã" e "pit-bull da imprensa". Tanure processou a revista por danos morais e pediu uma indenização de R\$ 1 milhão. A indenização foi negada, pois a juíza Cláudia Menge, de São Paulo, disse que a *Veja* "cumpru seu direito-dever de livre informação, ostentando o interesse público relevante, que deve prevalecer frente àqueles particulares, ainda mais tendo em conta o destaque empresarial e público do autor".

Nelson Tanure é elogiado pelo seu faro no mundo dos negócios. Além de ser reconhecido por fazer fortunas com empresas falidas, é considerado um dos mais espertos empresários brasileiros. Em 2000, conseguiu embolsar R\$ 156 milhões por permitir a venda do Banco Boavista ao Bradesco. Tanure possuía 1% das ações do Boavista, que fora vendido por um real. Ele entrou com um processo para rever o valor de suas ações e era isto que impedia a venda do banco ao Bradesco. Para "livrar-se da pedra no sapato", como disse a *IstoÉ*, o Bradesco pagou os R\$ 156 milhões para prosseguir com a transição. Os motivos que lhe rendem elogios também fazem com que Nelson Tanure colecionem inimigos. Aziz Filho, presidente do Sindicato de Jornalistas do Rio de Janeiro, diz que a sinergia das redações dos jornais "é uma ameaça nacional aos empregos. Corremos o risco de ter muitos jornais no Brasil com o mesmo conteúdo". Alberto Dines, após ser demitido do *Jornal do Brasil* pelo seu texto publicado no sítio *Observatório da Imprensa*, escreveu em um artigo que para Nelson Tanure e Paulo Marinho "jornalistas são peças de hardware, cujo software são eles que fornecem" e que "Tanure & Brito tentam emplacar um retrocesso intelectual e moral às custas do desemprego e do subemprego vigentes no mercado. Aviltam as relações de trabalho e contribuem decisivamente para desacreditar o sistema midiático brasileiro". Para Adalberto Diniz, diretor da Federação Nacional dos Jornalistas, "Tanure quer comprar outros jornais e promover a precarização da relação de trabalho, transformando jornalistas em empresa". O autor e diretor de teatro Gerald Thomas, que tinha uma coluna no *Jornal do Brasil* e foi demitido, segundo ele, porque "o jornal não



Tanure: fama de negociador implacável e sem limites

conseguiu arcar com as verdades que comecei a publicar", disse que o *JB* foi deformado por Nelson Tanure e que agora parece "uma coluna social, do início ao fim". Um executivo que trabalhou com o empresário disse que ele "nasceu de uma pedra de gelo. Não tem sentimentos e sabe esperar o momento certo para dar o bote".

Apesar de Nelson Tanure não gostar de aparições e exibições, ele não tem conseguido escapar da mídia principalmente depois de ter comprado o *Jornal do Brasil* e a *Gazeta Mercantil*. Quando comprou o *JB*, em 2001, dois meses antes de o jornal fazer 110 anos, Tanure pretendia "integrá-lo ao mundo virtual" e torná-lo atrativo para investidores estrangeiros, já atendendo a futura decisão de permitir o acesso de grupos estrangeiros a até 30% das empresas midiáticas. O empresário assumiu dívidas bancárias, trabalhistas e previdenciárias de R\$ 750 milhões.

Mesmo com este rombo nas costas, Nelson Tanure estava confiante: "não me permito imaginar que a operação de reequilíbrio do *JB* não seja

bem-sucedida". O antigo dono do *Jornal do Brasil*, José Antônio do Nascimento Brito, disse que escolheu muito bem para quem vender seu jornal. "Pesquisei a vida dele à beça, olhei cada negócio com muitos detalhes e não vi nada de diferente de muito titã que a gente conhece, inclusive no jornalismo", testemunhou em entrevista à *IstoÉ*, logo após a venda. Depois de comprar o *JB*, Nelson Tanure adquire no mesmo ano a *Gazeta Mercantil*, que enfrentava problemas de dívidas e greve dos funcionários. Durante a compra da empresa, houve acusações de irregularidades. O antigo dono, Luiz Fernando Levy, e Tanure foram chamados para explicar no Congresso as negociações entre o *Jornal do Brasil* e a *Gazeta*.

Críticas são feitas a Nelson Tanure por sua postura na direção de seus jornais, principalmente por não respeitar as leis trabalhistas. Em fevereiro, o empresário propôs à Caixa Econômica Federal fazer todas as suas publicações legais e comerciais na *Gazeta Mercantil*, na *Forbes* e no *Jornal do Brasil* em troca da liquidação da dívida da *Gazeta* com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Para o Sindicato, Tanure estaria competindo no mercado deslealmente com esta troca de favores. Luiz Fernando Levy foi acionado na Justiça por não respeitar as leis trabalhistas de seus funcionários. No *JB*, Nelson Tanure transformou todos os jornalistas que recebem mais de R\$ 2 mil por mês em pessoas jurídicas, ou seja, isenta-se das responsabilidades de pagar o décimo terceiro salário, férias e outros benefícios. Os jornalistas da *Gazeta Mercantil* tiveram seus salários reduzidos e também estão sendo obrigados a tornarem-se pessoas jurídicas. Há ainda nos dois jornais a exploração da mão-de-obra dos estagiários e a obrigação de os funcionários abrirem mão do décimo terceiro salário, segundo o Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro. Porém, não há dúvidas de que o maior escândalo até o momento é a tentativa de extinção da editoria de economia do *Jornal do Brasil* para utilizar o material da *Gazeta* e a possibilidade de comprar o material do *Lance*, o que acabaria com a editoria de esportes. No dia 26 de agosto, foram demitidos 40 jornalistas e estagiários do *JB*. Como a mobilização de jornalistas em diversos atos públicos foi grande, o diretor da redação do *Jornal do Brasil* Marcus Barros Pinto, afirmou que a editoria de economia não será mais extinta, mas sim unificada à da *Gazeta Mercantil*.

No texto assinado pelo Sindicato dos Jornalistas do Rio, publicado no dia 27 de agosto, Nelson Tanure é acusado de não entender nada de imprensa nem de ética de informação. "Ao imprimir o mesmo conteúdo editorial a todas as empresas, ele representa um perigo sem precedentes à variedade da informação no Brasil", diz o texto. O sindicato acredita que é preciso impedir a venda dos *Diários Associados*, herança de Assis Chateaubriand. Até agora, Nelson Tanure, comprou a participação minoritária do filho de Chateaubriand, Gilberto. Esta participação lhe permite negociar a venda das ações dos demais condôminos. Caso Tanure obtenha o controle dos *Associados*, será dono de 40 veículos, entre eles o *Correio Brasileiro*, o *Estado de Minas* e o *Jornal do Commercio*. A idéia dele é ter uma rede de imprensa que troque informações entre si, com equipes próprias apenas para colunas ou reportagens exclusivas. Conforme a nota divulgada pelo sindicato, a investida de Nelson Tanure, que está sendo a maior das últimas décadas, "diminui drasticamente o mercado de trabalho e ameaça a livre opinião dos jornais". A estratégia do empresário é desintegrar redações e "fazer jornal sem jornalista", conclui, como num epitáfio.

Greice Batista

Gazeta Mercantil em crise outra vez

Salários atrasados, dívidas e sinergia sujam nome do jornal que beirou falência

O fato de ter sido considerado o melhor jornal de economia na América Latina não torna a *Gazeta Mercantil* imune a mais uma de tantas crises e ser obrigado a encontrar uma maneira para ser vendida. Permanece sem solução a situação dos funcionários que buscam o pagamento dos salários atrasados. Desde a concessão, em agosto do ano passado, ao uso da marca por Nelson Tanure da Companhia Brasileira de Multimídia - dona da Editora JB, que publica o *Jornal do Brasil*, a revista *Forbes* no Brasil e a *Gazeta* -, oito jornalistas foram demitidos. A contratação de pessoas jurídicas, que já era usada, tornou-se exigência entre os que ganham mais de R\$ 2 mil e a política de "sinergia", por muitos chamada de sangria, é imposta entre as redações do novo pool. Surge então, a dúvida quanto à qualidade do jornal e de seu futuro, impasse comum de seu co-irmão, o JB.

Para Fred Ghedini, presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, "só trabalha na *Gazeta* quem não tem outra opção". Já a ex-editora adjunta da *Gazeta* que hoje é editora de Negócios no *Estadão*, Nair Suzuki, afirma que mesmo com o enxugamento, "enquanto tiver uma equipe boa, como ainda tem, o jornal continua bom como está, apesar de perder um pouco na qualidade". Ela diz que com a situação atual no jornal começa-se a selecionar mais o que vai ser feito. "As vezes deixa-se de fazer uma cobertura por falta de gente e vai-se atrás de uma matéria exclusiva que chame a atenção e use-se matéria de agência citando os sites".

Luiz Fernando Levy (da família fundadora do jornal) e Tanure, que estavam em pé-de-guerra na Justiça, envolvendo uma dívida de R\$ 2 milhões não paga pelo primeiro ao segundo, selaram uma trégua em agosto de 2003. Desde então, a CBM tem o direito ao uso da marca GM. Esta concessão ao uso da marca significa um "arrendamento" da empresa por 60 anos. O uso comercial e agora também editorial está nas mãos de Tanure. Isto porque a Justiça já havia determinado o arresto da marca *Gazeta* em favor dos funcionários, para garantir o pagamento de salários atrasados. O que não significa que os empregados detenham a marca, mas impede que ela seja vendida.

O acordo foi feito desta forma, porque a *Gazeta* tem inúmeras dívidas e várias ações de credores e ex-funcionários. Assim, todas as dívidas trabalhistas e até o arresto não ficam sob a responsabilidade do novo "dono", cabendo à família Levy responder pelos processos trabalhistas. O que tornou ainda mais difícil aos que tem ação na justiça reivindicar os seus direitos. "Tudo o que estava sendo reclamado, ficou para trás", diz Nair Suzuki.

Sinergia- Uma política de sinergia foi imposta nas redações. Na prática, isto significa que as matérias do jornal passam a valer também para o *Jornal do Brasil*. A idéia original era substituir toda a editoria de esportes pela compra do material produzido pela equipe do *Lance* e toda a editoria de economia por material da *Gazeta Mercantil*. É claro que a proposta não foi aceita pelos jornalistas e sindicatos do Rio e de São Paulo, mas é possível perceber isto comparando os dois jornais. Matérias de economia que saem no JB são assinadas por jornalistas da *Gazeta*, ferindo os direitos autorais.

De acordo com a Federação Nacional dos Jornalistas, a sinergia "coage profissionais a aceitarem contratos draconianos". A Fenaj acredita ser uma tentativa de configuração de um novo oligopólio, sustentado na exploração e que "ao pasteurizar o noticiário, impede o direito da sociedade de ter acesso à informação plural e consagra a supremacia dos interesses privados sobre a natureza pública da informação". Desta forma, Tanure ignora também os leitores dos dois jornais que são muito diferentes, sendo um mais voltado para o empresariado e o outro formado por leitores comuns.

Em nota de repúdio, o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo adverte que além de promover a precarização da profissão (transformando a maioria dos jornalistas em pessoas jurídicas), "Tanure deixa de pagar suas dívidas trabalhistas, não recolhe os encargos sociais e ainda provoca demissão em massa, dando uma demonstração clara de que não se importa com os trabalhadores, com a qualidade de seus produtos e muito menos com a legislação vigente no País".

Crise atrás de crise- Avaliando a *Gazeta Mercantil*, nos últimos sete anos a empresa tem enfrentado crises, que em toda a sua história encarou, mas que se acentuaram por causa de má administração. Entre os problemas, apenas na área trabalhista e fiscal estão: o não depósito do FGTS e a retenção do Imposto de Renda, da contribuição ao INSS e da Contribuição Sindical, retiradas dos salários dos empregados e não repassados a quem de direito. Tais atitudes constituem



crime de apropriação indébita e Levy está sendo acionado por isso.

Quando assumiu o jornal, Nelson Tanure reduziu unilateralmente os salários de todos os empregados, demitiu e não pagou as multas rescisórias. A obrigatoriedade do funcionário que recebe acima de R\$ 2 mil abrir firma, é a forma do sistema de trabalho de Tanure. Quem quiser permanecer trabalhando lá com salários acima de R\$ 2 mil precisa transformar-se em pessoa jurídica - os "PJ". Ele se apropriou indevidamente do dinheiro descontado dos salários dos jornalistas em 2003, a título de contribuição sindical. Além do Fisco, do

INSS, do FGTS e dos salários não pagos, a *Gazeta* também deixou de repassar o dinheiro da contribuição sindical aos sindicatos, federações, confederações e ao ministério do Trabalho, embora esse dinheiro tenha sido efetivamente descontado dos salários dos funcionários.

Em março, Tanure propôs a Caixa Econômica Federal e outros órgãos ligados um tipo de permuta. Elas fariam suas publicações legais e comerciais nos veículos da Editora JB. Em contrapartida, os recursos dessas publicações seriam destinadas à liquidação do FGTS dos funcionários da *Gazeta*. As parcelas do FGTS não são depositadas desde 1997 pela *Gazeta Mercantil*.

Falência- Para se ter uma idéia dos problemas financeiros da empresa, no dia 14 de abril foi decretada falência do grupo *Gazeta Mercantil S.A.* Editora Jornalística requerida pela Samab Cia. Indústria de Papel, a quem a *Gazeta* não teria quitado pagamento de títulos vencidos e protestados. No despacho da juíza Ana Luiza Liarte, de São Paulo, o valor da cau-



Arte: Istocé Dinheiro

sa é de R\$ 272.328,55. Porém o desembargador Jorge Habib, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, suspendeu no dia seguinte a penhora sobre a sede da empresa *Gazeta Mercantil S.A.*, ao julgar um pedido de Nelson Tanure, que cobra da GM um crédito de cerca de R\$ 2,5 milhões.

No dia 23 de setembro, a fiscalização do ministério do Trabalho convocou a direção para uma mesa de entendimento devido a uma série de irregularidades encontradas no jornal, entre elas, a contratação irregular, o não depósito do fundo de garantia, além de problemas de espaço. Nenhum dos representantes da GM compareceu. Outra reunião foi marcada para o dia 30. Apesar de inúmeras ligações, até o fim desta edição, o presidente do Sindicato de São Paulo, Fred Ghedini não respondeu.

A trajetória antes da queda- A história da *Gazeta Mercantil*, como todo grande império, tem seu período de ascensão e de queda. Mesmo sendo o jornal de economia de maior credibilidade no país, com 20 sucursais espalhadas pelo Brasil, além da *Gazeta América Latina* e a *Gazeta Mercantil Weekly Edition*, de repente enfrentou em 2001 a maior crise de sua história (e que dura até hoje), tendo que fechar todos seus escritórios e vender inclusive o uso da marca. Apesar de ter um crescimento permanente, ela mantinha crises cíclicas que sempre eram resolvidas com empréstimos aos bancos.

O ano de 2000 foi o de maior crescimento da empresa. Mas o ano seguinte seria marcado pelo racionamento de energia no Brasil, a crise da Argentina, a retração dos investimentos em telecomunicações e na área de Internet e a diminuição do crescimento econômico dos EUA. Em comparação a 2000, os investimentos em mídia em 2001 diminuíram em 7,56%.

O jornal foi fundado em 1920 pelo italiano José Francesconi, que tinha sido funcionário do Banco Francês e Italiano, onde fazia levantamento de cadastros e de informações comerciais. Em sua origem, era um boletim em tamanho ofício. Chamava-se Boletim Diário de Informações da *Gazeta Mer-*

cantil e Industrial e tinha o objetivo de divulgar as movimentações de mercadorias em São Paulo.

Em 1934, o político Herbert Victor Levy, pai de Luiz Fernando Levy, comprou o jornal. Com o milagre econômico, na década de 60, o jornal começa a crescer e adota uma linha editorial que estimulava o desenvolvimento do livre mercado. Mas é em 1973, com a reestruturação interna que se torna um dos principais jornais da América Latina. Na reestruturação democrática do país, a GM foi de fundamental importância, pois começou a ouvir novos empresários e as novas figuras que surgiam no cenário nacional. Nesta época foi feito um acordo de cavalheiros entre os jornalistas e o dono do jornal, Luiz Fernando Levy, de que ele não interferiria naquilo que fosse escrito, e os jornalistas não publicariam algo que o prejudicasse. Levy lia o jornal em casa, no dia da edição, como um leitor comum.

Na década de 90, época de crescimento da Internet e de novas tecnologias, a empresa investiu na mídia digital, com a criação do boletim *Gazeta Mercantil Informações Eletrônicas* e um novo produto de serviços, o *InvestNews*, que oferecia informações sobre o mercado financeiro, como dólar, ações e outros índices econômicos.

A receita da *Gazeta* ultrapassava já os US\$ 100 milhões. Com o crescimento, Luiz Fernando Levy resolveu lançar jornais estaduais ou regionais pelo país. Era uma forma de manter a empresa nacional e também internacional, sem deixar de lado o regional. Nesta época o jornal contava com 90 mil assinaturas. Era impresso em dez parques gráficos diferentes e tinha escritórios em 12 capitais brasileiras, em três cidades do interior paulista e três no exterior (Buenos Aires, Miami e Londres). Em junho de 1999, criou o seu portal na Web.

Veio a queda - Mas a crise aconteceu em 2001, justamente num momento em que a empresa estava implantando os projetos do ano anterior. Como resultado imediato: demissões, atrasos de salários dos funcionários e especulações sobre prováveis negociações na tentativa de tornar o jornal mais uma vez capitalizável.

Outro fato importante que não pode deixar de ser considerado é a estrutura da empresa. Ela tinha em seu quadro administrativo 68 diretores, que eram chamados ironicamente de "vice-reis" e ganhavam em torno de R\$ 20 mil. Isto em cada sucursal. Além do custo de algumas matérias com as de viagens - a *Gazeta* não aceitava custeio de despesas. Só um exemplo: foi feita reportagem sobre a rota de Marco Pólo e o repórter percorreu todos os lugares em que esteve o navegador.

Muitos atribuem a crise da *Gazeta* ao lançamento de um concorrente, o jornal *Valor Econômico* em 2000, parceria de *O Globo* e *Folha de São Paulo*. O jornalista César Valente, que foi responsável pela montagem da sucursal da *Gazeta* em Brasília em 2000, conta que o

Valor decepcionou logo na primeira edição. "Nós estávamos esperando que viesse um jornal muito bom, então nos preparamos principalmente em macroeconomia, porque sabíamos que o pessoal do *Valor* era bom nisso. Quando vimos a primeira edição do *Valor*... uma manchete nada a ver. E isso foi se repetindo nos outros dias também. A *Gazeta* era muito superior e as assinaturas naquela época até aumentaram". De acordo com dados do IVC, a circulação paga da *Gazeta Mercantil* atingiu 124.351 exemplares em dezembro de 2000, com aumento de 5,4% em comparação a 1999. Nos dois anos seguintes, ela continuou aumentando sua tiragem.

Greve- No dia 15 de outubro de 2001, os funcionários deflagram uma greve reivindicando salários e outros direitos. Foram dois meses de paralisação que só não impediram o jornal de não circular por causa dos "fura-greves" - a minoria. A crise da *Gazeta* veio ao público, em novembro de 2001, com a demissão de quase 500 funcionários, mais de 140 só em São Paulo. Os 20 jornais regionais que a empresa possuía, assim como a *Gazeta Mercantil Latino Americana*, não existem mais.

Para resolver o problema e desenvolver um plano de reestruturação e capitalização, foi contratada uma empresa de consultoria - a World Invest. No mês seguinte, o dirigente da consultoria, Sérgio Flores, passou a ocupar o cargo de presidente da diretoria.

Cheia de dívidas, a empresa não conseguia pagar suas contas e nem ser vendida. A ex-editora Nair Suzuki conta que os únicos meses tranquilos, que o pagamento realmente seria feito, eram os meses da publicação de balanços - março, abril, agosto e setembro. É a maior receita que o jornal recebe, quando os bancos publicam seus balanços. Suzuki trabalhou por oito anos na *Gazeta* (de 96 até 2004). "A situação ficou mais grave de uns quatro anos e meio para cá. Aos que trabalharam lá neste período, devem de 10 a 12 salários", conclui.

Maria Fernanda Ziegler

Ex-guerrilheira contesta coronel

Torturada fala do horror no Araguaia e rebate versão de militar descrita em livro

Ex-guerrilheira que lutou no Araguaia no começo da década de 70, Criméia de Almeida contesta algumas informações que o coronel Lício Augusto Ribeiro deu ao jornalista Luiz Maklouf Carvalho. O episódio a que Criméia se refere é quando o então major-adjunto Ribeiro e sua equipe mataram três guerrilheiros e deixaram um ferido. Ela diz que o militar se contradisse e não "atirou para imobilizar e prender e sim para eliminar, como era a ordem".

A guerrilha - que durou de 1972 a 1975 - foi uma tentativa do Partido Comunista do Brasil (PC do B) de instalar comandos populares na região do Araguaia para derrubar a ditadura militar. Além de não cumprir o objetivo, 59 guerrilheiros foram mortos. Passados quase trinta anos do episódio, permanece o silêncio sobre a atuação da tropa. O depoimento do coronel Lício Augusto Ribeiro ajuda a reconstruir um dos episódios mais marcantes da história da ditadura no Brasil e está narrado no livro *O coronel rompe o silêncio* (Objetiva, 221 pág.). "O que tem vindo a público é a versão deles (guerrilheiros), é por isso que eu estou lhe contando a minha versão", revela.

Zero- Como você foi torturada e que tipos de tortura você recebeu?

Criméia de Almeida: Eu sofri espancamentos, choques elétricos e torturas foram feitas à minha irmã para que eu falasse. Ela era colocada em pau de arara e levava choques, enquanto eu era interrogada, ameaçada de morte junto ao meu filho que estava ainda no útero. Fiquei alguns dias em um quarto improvisado como cela. Apenas três vezes ao dia era aberta a porta para que eu usasse o banheiro, tomasse banho e bebesse água. Fui obrigada a assistir meu amigo Carlos Nicolau Danielle sendo assassinado sob tortura. Houve um dia em que fiquei sem comer e sem beber, numa sala de tortura totalmente branca, muitíssimo iluminada e muito quente. Houve dias que não pude ver o meu filho nem amamentá-lo. Inclusive, na hora que ele nasceu sequer me disseram se era menino ou menina e se passava bem. Só me mostraram muitas horas depois. Fui obrigada a assistir ao que os torturadores chamavam 'cineminha', onde eram apresentados slides das cabeças decapitadas de guerrilheiros do Araguaia. Foram tantas as torturas que eu levaria horas enumerando-as. Mas pior que as torturas era o fato de que eu não estava presa e sim seqüestrada por agentes do estado, em órgãos públicos. Minha prisão não foi comunicada sequer a um juiz militar como era costume na época. Não fui presa, não fui julgada, não fui processada e somente em 13 de novembro de 2003 fui anistiada, isto é, 30 anos após o meu seqüestro.

Z- Quando pensa na sua participação na luta, o que você lembra?

CA: Lembro que eu tinha um sonho de ver este país livre e seu povo feliz. Eu nunca tive medo de sonhar e tentar realizar meu sonho de ser feliz.

Z- Você recebeu indenização?

CA: Sim, recebi indenização pela anistia que me foi concedida pela lei de reparação às vítimas de tortura do Estado de São Paulo e Minas Gerais. Em Minas, eu ganhei mas não recebi até hoje.

Z- Qual a sua opinião sobre o livro *O coronel rompe o silêncio*?

CA: Achei o livro ruim. Ele se resume quase à transcrição da entrevista com o coronel, sem uma pesquisa complementar que o assunto merece. Para mim não fez tanta falta, porque conheço bem a história, por haver participado da guerrilha, por ter sido torturada pelos 'colegas' desse coronel, e pela pesquisa constante que faço do assunto. Mas para as pessoas que não conhecem a história, essa pesquisa faz falta.

Z- Você acha que foi interessante o Coronel contar a sua versão?

CA: É sempre bom conhecer todas as versões da história.

Z- O que você acha das opinião do Coronel quando ele diz que deveria haver um Cemitério dos bandidos desaparecidos?

CA: Dada a impunidade com que esses crimes foram tratados até hoje, talvez, com este Cemitério dos Bandidos, ele esteja pensando que ele e seus

Na época, o Ribeiro estava lotado no Centro de Informações do Exército. Ele e seu grupo mataram quatro guerrilheiros. Ribeiro também atirou em uma guerrilheira, que revidou com dois tiros, um deles atingindo o seu rosto. Lúcia Maria, a Sônia, foi fuzilada no mesmo instante. "Eu acredito que cada um deu a sua *traquerada* nela, tranquilamente, altamente justificável. Não é porque eu esteja falando, mas eles gostavam muito da minha maneira de liderar a equipe", recorda.

A equipe do coronel também matou o guerrilheiro André Grabóis. No livro, Ribeiro diz que deu voz de prisão antes de atirar. "Uma simples equipe de dez homens do Exército foi lá, deu ordem de prisão para eles e um sentinela atirou contra nós. Ai ninguém segura. O Zé Carlos (guerrilheiro) meteu a mão na FAL, e nós matamos todos eles". André Grabóis é o pai do filho de Criméia de Almeida. E ela não acredita nessa história.

A ex-guerrilheira saiu do Araguaia no início do conflito porque estava grávida. Em junho concedeu esta entrevista ao *Zero*. Ela descreve as torturas que sofreu quando ainda estava grávida, conta o que fala ao seu filho sobre a morte do pai, o que sentiu ao ler o depoimento do coronel e ainda contesta a versão do militar.



Criméia de Almeida e o filho João Carlos

CONTRAPONTO

Viegas confirma que documentos do Araguaia foram incinerados

"Como ministro da Defesa, nunca neguei a existência de mortes durante o regime militar. O que eu disse, porque eu sei que é verdade, é que os arquivos relativos aos episódios do Araguaia foram destruídos". Esta foi uma das declarações do ex-ministro da Defesa, José Viegas, em entrevista concedida à *Folha de São Paulo* no domingo 24 de outubro. Viegas garante que os documentos oficiais sobre o conflito "foram destruídos, triturados, incinerados". Segundo o ex-ministro, a autorização dada por superiores para a destruição dos arquivos e os registros sobre o processo de incineração também foram destruídos. Mas, para ele, há interesse do governo em disponibilizar os arquivos existentes da época sobre outras mortes. Porém, lembra que é necessário cautela, já que alguns documentos podem ter elementos que, se conhecidos, prejudicariam o andamento da política externa brasileira.

comparsas merecessem um cemitério exclusivo, que seria esse, claro.

Z-O coronel Lício Ribeiro matou André Grabóis, pai do seu filho. Como foi para você ler a história do militar, quando ele relatou a morte de André Grabóis?

CA: Li de um fôlego só, visto que leitura tão desagradável me deu insônia.

Z- Você acredita que o coronel deu voz de prisão antes de atirar nos guerrilheiros?

CA: Não. Se você prestar a atenção no trecho das páginas 140 e 141, embora ele não fale isto, ele se contradiz e mostra que não atirou para imobilizar e prender e sim para eliminar, como era a ordem. Veja o trecho da página 141: "Num combate a gente não sabe em quem acerta. A gente atira. Depois é que vai ver. Não é aquela coisa que cai, está morto. Não. Ele fica se batendo, levanta, aquela bala está queimando com ele, ele está se mexendo e você atira de novo, pou".

Z- O que você fala para o seu filho sobre o André Grabóis?

CA: Tudo o que eu soube ao longo do tempo. Desde muito pequeno meu filho sabe o que ocorreu com seus pais, minha prisão, seu nascimento, a morte de seu pai. Nunca escondi nada do meu filho, porque acho que entre mãe e filho deve haver confiança e não segredos.

Z- Alguma opinião do coronel lhe causou raiva? Qual?

CA: Sim. Nos dois trechos do livro onde ele demonstra que a única linguagem que ele usa é a da bala. Isto me preocupa porque são comandantes como este que dão instruções a soldados que hoje estão fazendo papel de polícia no Rio de Janeiro e Minas Gerais e também 'defendendo a democracia' no Haiti.

Z- Onde e quando você foi presa?

CA: Em São Paulo, em 1968, quando da repressão ao XXX Congresso da UNE e depois sendo transferida para o Rio de Janeiro. Em 1972, novamente em São Paulo, na Operação Bandeirantes (Oban), no II Exército e depois fui transferida para o Pelotão de Investigações Criminais (PIC), da Polícia do Exército, em Brasília.

Z- Quais as últimas novidades sobre a procura dos corpos dos guerrilheiros mortos?

CA: Temos uma ação contra o governo brasileiro na Comissão de Direitos Humanos da OEA, e a última vez que fomos procurar ossadas na região foi em março de 2004, baseados em informações de militares 'arrepentidos'. Provavelmente as informações eram falsas porque procuramos numa área bem maior que a indicada por eles e não encontramos nada. Talvez este tenha sido um circo montado pelo governo para fazer de conta que está ajudando os familiares a encontrar os desaparecidos, ao mesmo tempo que cria uma 'Comissão de ministros notáveis', com o objetivo de não informar nada. Esta comissão deveria entregar no dia 4 de abril de 2004, o relatório final de seu trabalho para localizar e entregar as ossadas, e até hoje não o fez.

Entrevista: Maurício Frighetto

Violência motiva a criação do fiscal da liberdade no México

A questão da restrição da liberdade de expressão, a exemplo da criação do Conselho Federal de Jornalismo no Brasil apoiada pelo governo federal, está atingindo outros países da América Latina. É o caso do México, onde Organizações Não-Governamentais (ONGs) lutam pela criação do cargo de fiscal especial para a investigação da violação da liberdade de expressão. Além de intimidações por parte das autoridades, os jornalistas são alvos de violências e ameaças, de acordo com a organização Repórteres Sem Fronteiras (RSF).

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), em visita recente ao México, se mostrou preocupada com atentados contra a liberdade de expressão e com a ausência de investigação adequada nos casos de agressão contra jornalistas. Segundo o jornal *El Universal*, a criação do cargo de fiscal serviria para sanar essas deficiências, levando denúncias locais ao fórum federal.

O jornalista Francisco Saldíama é um exemplo do extremo a que a violação da liberdade de expressão pode chegar. Ele foi torturado até a morte. O jornalista escrevia sobre a corrupção no governo e sobre o crime organizado, por isso a polícia não descarta o envolvimento de organizações criminosas ligadas ao tráfico de drogas. No caso do jornalista Francisco Ortiz Franco, integrantes de um cartel confirmaram terem matado o jornalista por publicar a forma de operação do cartel. De acordo com Repórteres Sem Fronteiras, no México, a violência e as pressões contra jornalistas vêm de autoridades locais "que aceitam com muita dificuldade o contra-poder que representa a imprensa". Para a RSF, a impunidade tem prevalecido sempre, e é cada vez mais freqüente a agressão contra jornalistas que denunciaram autoridades.

Há registro de tentativas de violação da liberdade de expressão por toda a América Latina. Na Guatemala, cinco jornalistas foram agredidos por policiais na tentativa de registrar a agressão a trabalhadores de uma fazenda. Segundo a CIDH, entre 1994 e 2000, foram registrados 13 assassinatos, 14 seqüestros, aproximadamente 60 ameaças e 100 agressões contra jornalistas mexicanos. Em 2000, a CIDH adotou a Declaração de Princípios sobre a Liberdade de Expressão, que prevê que a liberdade de imprensa "é instrumento indispensável para o funcionamento da democracia representativa". Para o relator da Comissão, Eduardo Berton, uma sociedade que não é bem informada não é plenamente livre.

Tatiana Leme

Uma caça às baleias feita na praia da Armação do Pântano do Sul em 1938, a visita do presidente Getúlio Vargas a Florianópolis em 1940, o orquidário da Ilha do Francês, e a companhia Hoepcke, na cabeceira da ponte Hercílio Luz. Lembranças de uma Florianópolis bucólica, guardadas apenas na memória de quem viveu esse tempo, podem ser recordadas agora em filmes ou fotos em negativos de vidro. A baronesa Edla von Wangenheim morreu em 1998 com 93 anos, mas as imagens inéditas que fez só foram redescobertas em 2002, no porão de um casarão histórico da cidade, por seu neto, Aldo von Wangenheim. "Eu estava arás de livros velhos no porão da casa quando me deparei com aquelas latas de filmes, algumas muito enferrujadas e a primeira coisa que eu pensei foi 'será que é mais um lixo inútil ou vai servir para alguma coisa?'".

Conhecidos desde o tempo da Faculdade de Engenharia, Aldo von Wangenheim e o professor de Jornalismo Fernando Crócomo tentaram assistir juntos aos filmes num projetor de 16mm. Mas como os filmes estavam muito sujos, Crócomo contou a Cinemateca Nacional. "A saída foi a limpeza. Mandaram um manual pelo correio com instruções para limpar. Limpamos rapidamente e foi gratificante ver que nenhum filme estava perdido e foi possível telecinar todos", explica Crócomo no trabalho de conclusão de curso de Luiz Tasso Neto sobre os filmes de Edla von Wangenheim. A telecinagem é a passagem dos filmes de película para uma mídia digital.

Os rolos encontrados somam cerca de 1h30 de imagens. "Mas os rolos não estão inteiros porque nós ficamos com medo de cortar alguma imagem na hora de telecinar os filmes, então sacrificamos um rolo de desenho animado que o Fernando tinha em casa para fazer essa passagem de um filme para o outro", relembra Aldo. Os rolos continuam com ele, com exceção de um que está no Curso de Jornalismo da UFSC. A intenção da família é que os originais sejam entregues a Cinemateca Nacional apenas dois meses depois de resolvidos os trâmites legais. Aldo tem pressa, porque a umidade da casa pode prejudicar os filmes.

O cineasta e jornalista Zeca Pires acredita que a importância dos filmes não fica restrita à área do Cinema. "É um acervo de pesquisa fantástico para inúmeras áreas, como jornalismo, história, etc". Pires, autor do livro *Cinema e História - José Julianelli e Alfred Baumgarten, pioneiros do cinema catarinense*, menciona que Julianelli e Baumgarten, da década de 20 ao final dos anos

30, fizeram imagens principalmente do vale do Itajaí e algumas do centro de Florianópolis, como da ponte Hercílio Luz, por exemplo. As primeiras imagens do interior da ilha que se tem conhecimento foram feitas por Edla von Wangenheim, que acredita possuir um diferencial em relação aos outros cineastas. "Percebe-se um olhar feminino, mais delicado, uma sensibilidade diferente, com certeza".

Além dos rolos de filmes, foram encontradas 40 pequenas caixas de negativos, cerca de 300 fotografias, preservadas apenas sob a forma de negativos de vidro. Não existem mais álbuns e cópias em papel dessas fotografias, que também não tem qualquer identificação ou legenda. Poucos lugares e pessoas podem ser identificados com base em algumas anotações feitas nas caixas. Alguns negativos foram levemente limpos e digitalizados numa resolução de 600 pontos por polegada com o equipamento de digitalização de chapas radiográficas do Laboratório de Telemedicina do Hospital Universitário da UFSC. Esta técnica permite que se tenha uma perda de qualidade muito menor do que se teria fazendo novas ampliações em papel das fotos. "Provavelmente quando o Fernando tiver tempo faremos um inventário para saber quantas fotos há", informa Aldo.

A história da família na cidade se confunde com a de tantos imigrantes e moradores dessa época. Por isso, Aldo von Wangenheim, neto de Edla e professor do Departamento de Informática e Estatística da UFSC, acredita que além do interesse familiar, os filmes fazem parte da memória da cidade. "Aquele rapaz da Cinemateca Nacional falou muito bem na entrevista para o Neto, são fil-

Filmes esquecidos revelam primeira cineasta catarinense

Imagens mostram caça à baleia, natureza e costumes dos anos 30 e 40

mes que mostram o lado familiar, embora a nossa não fosse uma família típica daqui. Mas representava um grupo bastante numeroso na época, descendentes dos imigrantes alemães. Na verdade, é um aspecto da cultura de Florianópolis que estamos vendo de dentro e de uma forma bastante viva. Por exemplo, o aniversário de dois anos do meu tio, a Páscoa, que são eventos que normalmente não se registram e se perdem, reflete Aldo".

As imagens mostram também o estaleiro Arataca e a companhia Hoepcke, empresa criada pelo imigrante alemão Carl Hoepcke, que chegou a ser a maior do estado. O prédio da administração do estaleiro ficava na cabeceira da ponte Hercílio Luz onde atualmente funciona uma casa

de eventos. "Hoje em dia praticamente não há mais navegação comercial em Florianópolis, fora companhias pesqueiras como a Pioneira e outras que tem seus armazéns do outro lado do canal, ninguém mais faz navegação de grande porte por aqui", acrescenta. "E o Arataca tinha toda uma

estrutura para tirar os navios da água, consertar os navios, fazer soldagem, chapeamento, etc. E nesses filmes a gente vê isso, o pessoal tirando os navios e fazendo reparos, colocando de volta e é interessante porque a gente não imagina que tenha havido isso aqui nesses dias".

Entrar na casa da família é fazer uma incrível viagem no tempo até as décadas de 30 e 40. Os móveis e a toalha da mesa de jantar combinando com o pano da cortina foram importados nessa época da Alemanha. Eram trazidos nos porões dos navios cargueiros. São quatro horas e os relógios verticais de quase dois metros badalava ao mesmo tempo. A casa toda está preservada assim como as histórias da família e as orquídeas sempre presentes em cada canto da casa.

Foi essa qualidade que se reflete nos móveis e equipamentos trazidos de lá que provavelmente preservou os rolos originais filmados por Edla da umidade do porão da velha casa da rua Boacaiúva construída diretamente sobre o chão.

Udo confirma: "As latas dos filmes Agfa eram muito bem fechadas e os rolos de excelente qualidade". A casa foi vendida em 1985, porque a família não tinha recursos suficientes para restaurá-la, já deteriorada pela umidade e pelo tempo e Edla mudou-se para junto da família na casa construída por Ana von Wangenheim Hoepcke, irmã do barão. A casa foi reformada recentemente e, embora esta não tenha preservado as características originais da construção, Udo acredita que seja melhor que nada.

Foi nesta casa, que hoje fica ao lado do edifício comercial Casa do Barão, que Edla viveu grande parte da sua vida. O pai dela morreu em 1911 e, dois anos depois, a mãe ainda abalada com a morte do marido resolveu ir para Mainz, na Alemanha com a filha. "A primeira guerra estava prestes a começar e a minha vó chegou a consultar o cônsul e ele disse,

'não, vai ser uma guerra rápida, agora nós temos submarinos e navios'. Mas quando o Brasil entrou na guerra, a questão era bem mais séria, porque como

eles poderiam voltar para o Brasil se este estava em guerra com a Alemanha". Eles não chegaram a passar grandes dificuldades apesar de terem de passar por alguns constrangimentos. "A irmã da minha mãe, por exemplo, tinha que se apresentar diariamente ao governo. Era uma forma de eles terem certeza que ela não havia fugido", explica.

Voltou ao Brasil em 1930 e em 2 de janeiro de 1931 casou-se na casa da avenida Trompovsky com o barão alemão Dietrich Freiherr von Wangenheim. Tiveram dois filhos: Ivo e Udo von Wangenheim. O barão nasceu em 1901 na Alemanha. Durante a primeira guerra, passou fome principalmente depois da morte do pai, que era militar. Quando a guerra acabou não havia sobrado muito do país, escolas onde se pudesse estudar ou empresas para trabalhar. A irmã do barão, Ana von Wangenheim já estava em Florianópolis e o convidou a vir para o Brasil. O barão veio em 1920 e ficou no Rio de Janeiro trabalhando no Banco Alemão Transatlântico.

Queriu aprender a língua e familiarizar-se com os costumes. Depois foi convidado a trabalhar nas empresas Hoepcke em Florianópolis como gerente comercial.

Foi então que a segunda guerra estourou e estrangeiros, principalmente alemães não podiam mais trabalhar no alto escalão de uma empresa. Aldo lembra que a avó contava que a guerra significou quatro anos de férias ininterruptas para o barão que foi cônsul da Holanda, da Dinamarca e da Alemanha. "Manteve-se a tradição que eu também presenciei, de que sempre que se tinha um tempo botava a família toda no carro e iam passear pela ilha", relembra. Do avô lembra pouco. "Lembro-me que ele era um cara grandão, mais alto que eu, sempre muito alegre nas festas da família. E não me lembro de tê-lo visto alguma vez de mau humor". A avó era uma mulher muito ativa, sempre alegre e disposta. "A minha vó participava de tudo. Quando queríamos escalar montanhas, ela botava umas botas esquisitas que tinha e subia conosco".

E nesses passeios a filmadora e a máquina fotográfica eram itens indispensáveis. Dentre as imagens há uma caça às baleias feita na praia da Armação do Pântano do Sul, no sul da ilha, em 1938. As imagens foram usadas para *Armações*, trabalho de conclusão do Curso de Jornalismo de Dilson Branco e Rafael Carvalho. Naquela época a caça às baleias já era algo raro em Florianópolis e Udo von Wangenheim conta quando algo assim acontecia pessoas de todos os cantos do Estado vinham ver, principalmente a família von Wangenheim, que adorava esses passeios pela ilha. "Na época não tinha muito coisa para fazer em Florianópolis, jogávamos tênis e andávamos a cavalo, por isso os passeios eram uma grande diversão para todos".

As flores eram uma das maiores paixões da baronesa, que mantinha um orquidário na antiga casa da rua Boacaiúva e um pequeno jardim na casa da Avenida Trompovsky onde os descendentes da família von Wangenheim moram. "Alguns vem aqui e estranham ver orquídeas tão altas nas copas das árvores, mas são as flores que minha avó plantou em 1985 quando veio morar aqui", conta Aldo. Gostava tanto de flores que um dos passeios preferidos era visitar o orquidário da Ilha do Francês, a 600 metros da praia de Canasvieiras, no norte de Florianópolis. Depois das orquídeas o que mais chama a atenção na ilha é o número de nomes que ela já teve. Já foi Iliota, Ilha do Inglês, do Ignácio, Ilha do Alemão, Ilha do Francês e atualmente também é chamada de Ilha do Argentino.

Desde 1884, é de propriedade particular. Pertenceu ao alemão João Ignácio Schroeder, que tratou de montar um orquidário. Em 1916 foi vendida ao inglês John Williamson que, supostamente, veio à cidade instalar a luz elétrica e comprou a ilha de Schroeder, construindo cisternas porque a ilha não tinha água doce. Em 1938, a posse foi para as mãos de Antônio Muniz Barreto, argentino de origem brasileira, e amigo da família von Wangenheim. Muniz Barreto foi o responsável pelo auge da beleza da Ilha do Francês, incrementando o orquidário e criando jardins com flores raras, importadas de todo o mundo. Entre elas, a orquídea elegante, uma variedade totalmente branca. Apaixonado pela ilha, queria morrer e ser enterrado lá. Hoje a Ilha do Francês pertence aos netos do argentino. Nos anos 30, foi num desses passeios rumo a esse refúgio paradisíaco que Edla von Wangenheim fez um roteiro cinematográfico com começo, meio e fim.

Na segunda guerra mundial, os descendentes de alemães foram muito hostilizados no Brasil. Pessoas da alta sociedade Florianopolitana que anteriormente freqüentavam a casa dos von Wangenheim em jantares e encontros passaram a evitar o contato com a família a ponto de fingir que não os conheciam com medo de serem contaminados com a praga do nazismo. Edla ficou muito chateada com essa situação e perdeu o interesse em filmar e fotografar. Os equipamentos também já não vinham mais da Alemanha e os poucos que ainda havia queimavam muito fácil por conta da luz, que era oscilante nas décadas de 30 e 40. "Era muito raro assistirmos a um filme todo naquela época porque os aparelhos sempre queimavam", conta Udo. "Então, mesmo depois que a guerra acabou minha mãe perdeu o interesse nos filmes porque todos tínhamos ficado ocupados demais para assisti-los".

Contadora vivaz de histórias, Edla sempre fez questão que os netos e descendentes da família soubessem do passado dos von Wangenheim e por isso escreveu documentos e cartas para os filhos, contando alguns dos fatos mais marcantes para ela. Algumas histórias eram engraçadas e interessantes, por exemplo, sobre o curso de fotografia e filmagem que fez por lá. Aldo relembra que ela gostava de contar como numa tarde de outono na Alemanha, eles espalharam de um jeito artístico, folhas pelo chão. E outras mais traumatizantes como quando da morte do pai em 1911, Edla, então com seis anos, foi obrigada pela babá a ver o corpo do pai. Nunca mais esqueceu e a história passou a ser parte do folclore da família e era sempre lembrada por Edla quando alguém novo chegava a casa.

Aldo von Wangenheim explica que as histórias eram contadas em alemão, mas como a avó havia nascido no Brasil o alemão que ela sabia não era o coloquial e sim o de livros. "Ela contava as histórias de uma forma literária e eu achava engraçado ouvi-la contar daquele jeito. Sempre quando tomávamos café, ela contava alguma história". Aldo só lamenta não ter conversado mais com a avó. "Cresci em Blumenau e morei no início da faculdade com ela dois anos, mas quando se é adolescente, a gente não quer conversar com a avó, é natural". Para ele, os vídeos têm um significado especial porque só conheceu a avó muito depois dessas filmagens. "Quando achei uma caixa de madeira, que agora está no Curso de Jornalismo, e vi as fotos, lembrei de cada coisa que ela contava. Mas a parte das filmagens ela nunca comentou, só

bem mais tarde fui saber. Quando criança eu sabia que os filmes existiam mas esse foi um lado dela que eu só descobri depois".

As viagens de carro eram uma aventura a parte. Udo relembra que a gasolina era muito cara na época então os carros eram adaptados com uma espécie de injetor de gás, pingava-se um pouco de gasolina na engenhoca e alimentada pelo gás, o carro pegava. "O problema era que isso funcionava com carvão, então o bagageiro ia atolado de carvão e o cheiro era terrível, eu enjoava terrivelmente. Mas para as crianças era uma festa", lembra. Isso sem contar os contratempos da estrada. "Não era um passeio se o carro não atolasse", acrescenta, "alguns colonos chegavam a abastecer o atoleiro, deixando uma junta de boi preparada para puxar os carros que atolassem, claro, cobrando um bom dinheiro por isso", conta Udo rindo. Com os rolos e negativos fotográficos redescobertos, as histórias passam a ficar mais vivas na memória não só da família, mas de todos aqueles que viveram essa época em Florianópolis.

Vídeos de conclusão de curso descobrem, revelam e recuperam precursora

As imagens que a baronesa Edla von Wangenheim fez do provinciano povoado ilhé das décadas de 30 e 40, depois de 60 anos esquecidas desencadearam ou enriqueceram dois trabalhos de conclusão do Curso de Jornalismo da UFSC: a grande reportagem *Volta à Ilha em 16mm*, de Luiz Tasso Neto, que conta como o material foi redescoberto, a recuperação de um pouco da vida da cineasta, e o documentário sobre a caça às baleias *Armações*, de Dilson Branco e Rafael Carvalho.

A princípio Neto não sabia como encadear tantas informações entrecortadas, mas percebeu que só o fato desses filmes terem sido achados já era em si uma grande história. "Quando eu vi algumas imagens fiquei encantado, mas não sabia como contar essa história", relembra Neto, "então li o livro do Zeca Pires e no prefácio de Sílvia Bachi ele cita o Julianelli e o Baumgarten e menciona que depois deles há um vazio incrível. Lamenta que a capital não tenha imagens dessa época, enquanto que nas imediações, e principalmente em Joinville e Blumenau havia." O livro *Cinema e História - José Julianelli e Alfred Baumgarten, pioneiros do cinema catarinense* aprofunda a dissertação de mestrado de Pires com uma breve abordagem do relacionamento entre cinema e história ao longo do século além de uma "cinebiografia" destes dois pioneiros do cinema catarinense, que nas palavras de Zeca Pires, deixaram um legado importantíssimo e muito pouco conhecido. "O Zeca ficou muito emocionado quando viu as filmagens porque não tinha conhecimento de qualquer imagem em movimento da Ilha feita nessa época", afirma Neto.

O jornalista complementa a admiração pelos cineastas pioneiros, principalmente pela mais nova integrante: "Claro que uma mulher filmando na década de 30 e 40 já é algo fantástico, ainda mais fazendo imagens inéditas até então do interior da ilha". O fio condutor das histórias ficou por conta do filho de Edla e do barão Dietrich Freiherr, Udo von Wangenheim, que aprovou o resultado: "Eu não sabia como se poderia montar essas cenas da vida da minha mãe e dos filmes, mas quando assisti aos vídeos achei que foi um trabalho de recuperação fantástico, quase milagroso". O neto de Edla, Aldo von Wangenheim, que encontrou os rolos de filmes da avó, também gostou. "Ficou muito bom. Não adianta fazer um documentário chato, estilo os que se faziam na Alemanha Oriental. O enfoque ficou super interessante, porque a dúvida seria como ligar todas as histórias da minha avó, dos filmes enfim e deu muito certo".

Apesar do achado ter sido valioso para a memória da cidade, Tasso Neto queria confirmar se Edla fora mesmo a primeira cineasta de Santa Catarina. "As imagens eram de vídeos domésticos, ate então eu não sabia se ela poderia ser mesmo considerada uma cineasta". Com a visita a Cinemateca Brasileira, o que antes era suposição, passou a ser ponto de referência quando o assunto é cinema brasileiro na década de 30.

Além dos projetos de conclusão de curso, as imagens também fazem parte da tese de doutorado do professor de Jornalismo, Fernando Crócomo sobre o futuro da TV Digital. O projeto denominado *Marini* tem como objetivo possibilitar a participação da população na programação da TV com o auxílio do computador. A ideia é que o telespectador possa produzir, participar do conteúdo e não apenas escolher o que assistir. Os vídeos são enviados através da Internet para o canal a cabo da UFSC e para a TV Cultura de Santa Catarina, integrando a programação dessas emissoras. É o que Crócomo chama de "produção interativa de TV". Uma alternativa para a TV Digital brasileira.

Para testar a proposta, Crócomo fez uma experiência com alunos da Escola Básica Municipal Professora Dilma Lúcia dos Santos, na Armação do Pântano do Sul, em Florianópolis. As crianças assistiram à reportagem *Volta à Ilha em 16mm* e depois produziram vídeos com vários temas contando como eram o processo de comunicação na década de 30, as antigas cantigas do Pântano do Sul e a pesca artesanal com rede de cerco. "Elas aprenderam a operar a câmera, fizeram as filmagens, depois receberam noções básicas de edição digital e nos mandaram o resultado pela internet", explica. O resultado será apresentado ao final de cada bloco do programa Universidade Já. Outro trabalho assistido pelas crianças foi o documentário "Armações". Crócomo afirma que como a caça à baleia foi comum na comunidade da Armação do Pântano do Sul, os alunos da escola puderam fazer uma "produção interativa" sobre o tema. A produção das crianças é sempre inserida no final dos blocos.

A repercussão da descoberta dos rolos tem sido cada vez maior. Reportagens foram exibidas no Estúdio Santa Catarina e no jornal *A Notícia*, além do próprio trabalho de Tasso Neto que foi ao ar várias vezes pela TV Cultura. "Não tem lugar aonde eu vá que alguém não me diga 'olha, eu te vi na TV'", conta Udo rindo. Neto gostou especialmente da visita que fez a Colônia Santa Tereza para exibir as imagens feitas por Edla von Wangenheim durante a estada do então presidente Getúlio Vargas na cidade em 1940 a convite do interventor Nereu Ramos para a inauguração da colônia. "Quando mostramos as imagens aos funcionários muitos reconheceram os lugares registrados e alguns mais antigos até identificaram algumas pessoas que apareciam no vídeo", conta o jornalista. "O TCC foi especialmente gratificante para mim. Tanto o Udo quanto o Aldo se envolveram bastante no trabalho, identificando o que aparecia nas imagens, contando as histórias dos passeios da família à casa de praia de Canasvieiras e acho que esse acontecimento tem uma importância cultural muito grande para Florianópolis porque resgata uma parte que estava perdida da história da cidade", acredita.

Textos: Vanessa Clasen



Edla e Dietrich von Wangenheim



Passeios de Edla pela ilha renderam imagens históricas

Sigilo da fonte ameaçado nos EUA

Jornalistas são intimados a delatar informantes em investigações e processo

Um tribunal busca o responsável por revelar para a imprensa a identidade de uma espia americana. Na posição dos únicos a terem conhecimento do traidor, jornalistas são intimados a denunciar suas fontes anônimas perante o jurí. Apesar das semelhanças, essa não é mais uma ficção tirada de um filme de tribunal americano. A situação aconteceu recentemente nos Estados Unidos com pelo menos cinco repórteres envolvidos no vazamento da identidade de Valerie Plame, agente da CIA. E é cada vez mais comum entre os casos judiciais que ameaçam a liberdade de imprensa. Os jornalistas livraram-se por pouco de enfrentar a cadeia — não por mentir, enganar ou cometer fraude jornalística, mas por se recusarem a quebrar o sigilo de suas fontes. O impasse só foi resolvido no final de agosto, quando foram autorizados pelo principal informante a mencionar seu nome na investigação.

Em 1848, John Nugent, do New York Herald, tornou-se o primeiro repórter americano a ver o sol nascer quadrado durante um mês por não revelar suas fontes. De acordo com o Comitê de Repórteres pela Liberdade de Imprensa, organização americana sem fins lucrativos, 17 jornalistas foram presos entre 1984 e 1998 por casos como esse.

O caso- Valerie Plame é casada com Joseph Wilson, que ganhou espaço na mídia ao desmentir publicamente as informações anunciadas pelo presidente Bush para justificar a invasão do Iraque. Enviado em missão ao Níger em fevereiro de 2002, Wilson alertou a CIA sobre a falta de evidências a respeito da compra de urânio naquele país africano para o programa de armas de destruição em massa iraquiano. O aviso foi ignorado. Cerca de uma semana após a primeira manifestação pública de Wilson, no começo de julho de 2003, o nome de sua esposa era revelado na coluna de Robert Novak, colunista de vários jornais americanos, além de colaborador da rede CNN. "O nome dela parecia a explicação que faltava na escolha da CIA para a missão", justificou Novak. "Estava curioso em saber por que um funcionário do Conselho de Segurança Nacional do presidente Clinton recebeu a designação", provoca.

Ao tomar conhecimento do artigo, Wilson falou que o vazamento foi uma tentativa de intimidá-lo por sua postura de reprovação à política de Bush. Em seguida, o governo convocou uma investigação em nível federal para descobrir o delator: revelar a identidade de um agente secreto é crime nos EUA, com pena de até dez anos de prisão. Na primeira metade de 2004, cinco repórteres foram convocados a de-



Miller: ética pode custar liberdade

por acerca de suas fontes confidenciais. Nenhum deles havia citado Plame em suas matérias. Matthew Cooper, da revista Time, foi um dos repórteres que se negou a comparecer ao tribunal. Em 9 de agosto, o juiz Thomas Hogan ordenou a prisão por desacato do jornalista [ver box]. Cooper só aceitou ser interrogado ao receber carta branca de seu informante, Lewis "Scooter" Libby, chefe de equipe do vice-presidente Dick Cheney. Outros repórteres disseram em seus depoimentos que Libby não é o delator. Robert Novak não confirmou se recebeu intimação judicial.

Repercussão- A julgar pelo alcance dos últimos acontecimentos, quando o assunto é sigilo de fontes, o buraco parece ser literalmente mais embaixo. Os sete colunistas entrevistados por Editor and Publisher, revista especializada na cobertura da mídia, defenderam o direito dos jornalistas de protegerem suas fontes. Mas, para a maioria, Novak não deveria ter tornado público o nome de Plame.

"Foi antiético delatar alguém, particularmente quando a pessoa não tem nada a ver com o assunto", julga Orville Schell, diretora da Graduate School of Journalism na Universidade da Califórnia. "Não é um caso de meramente proteger uma fonte mas de proteger indivíduos que podem ter cometido um crime", sintetiza Froma Harrop, do Providence Journal. "Acredito piamente que quando um repórter garante à fonte que o sigilo será protegido, não pode voltar atrás", disse Josef Hebert, repórter da agência Associated Press. Fazer isso, alega, seria um desserviço à fonte, destruiria a credibilidade do repórter e dificultaria a obtenção de notícias.

"Fontes confidenciais são cruciais para dar ao público a perspectiva mais ampla possível sobre assuntos importantes do dia, em particular quando dizem respeito às ações do governo", completa George Freeman, membro do conselho do New York Times. Hoje, 31 estados americanos e o Distrito de Colúmbia defendem leis favoráveis ao sigilo de fontes, ancoradas na Primeira Emenda da Constituição americana, que estabelece a liberdade de imprensa. A Primeira Emenda saiu enfraquecida em 1972, data de uma decisão do Supremo Tribunal. Deliberação final: não haveria privilégio jornalístico de proteção a fontes anônimas em investigações criminais de instância federal. "Quando promete sigilo em troca de informação, você mantém sua promessa", contesta Cal Thomas, do Tribune Media Services. O convite fica por conta de William K. Marimow, editor executivo do National Public Radio News: "Mantenha sua promessa e vamos fazer todo o possível humanamente para proteger seu direito de fazer isso".

DESDOBRAMENTO

Repórter do NYT se nega e pode ser presa

Na contra-mão da censura pública que recai sobre Judith Miller e suas fontes pouco confiáveis, a polêmica repórter do jornal *New York Times* poderá enfrentar 18 meses de prisão, conforme uma sentença de 7 de outubro. Motivo: ela recusou-se a revelar, em depoimento, o nome de seus informantes em matérias sobre evidências do controle de armas de destruição em massa por Sadam Hussein.

Miller, premiada com o Pulitzer, está entre os cinco repórteres que não obedeceram à intimação para depor no tribunal que investiga o vazamento da identidade de Valerie Plame, agente do serviço secreto americano e esposa de Joseph Wilson. De acordo com o juiz Thomas Hogan, a repórter não tem direitos especiais para se negar a fornecer as informações. Ela responderá em liberdade enquanto o *Times* apela da decisão.

Para Miller, a ordem de prisão a jornalistas que protegem suas fontes é assustadora. "Isso se refere aos jornalistas e todos os oficiais do governo que fornecem informações em troca de sigilo. Sem isso, eles não vão querer se expor, e o público não será informado", observa. "Se conheço Judith Miller, nada neste mundo a fará testemunhar", acredita Lucy Dalglish, diretora executiva do Comitê de Repórteres pela Liberdade de Imprensa.

Segundas intenções- Alguns dias antes da decisão de Hogan, o *New York Times* abriu processo contra John Ashcroft, procurador-geral da República (cargo que equivale ao de ministro da Justiça), em uma tentativa de impedir que o governo americano tenha acesso a telefonemas feitos por Judith Miller e um outro repórter do jornal para contatar suas fontes confidenciais.

Os telefonemas seriam úteis em uma investigação para descobrir quem vazou informações sobre o envolvimento de ações de caridade islâmicas com o terrorismo, após o 11 de setembro de 2002. No centro da questão está Patrick Fitzgerald, o promotor especial responsável pelas investigações, o mesmo que conduziu o caso Plame. Os advogados de defesa do *Times* acreditam que essa seja uma forma de intimidar o jornal, que apóia Judith Miller na decisão de não entregar a identidade de suas fontes em tribunal.

Textos: Fernanda Fava

CBS ignora checagem e leva documentos falsos ao ar

Checar as informações. Esta é uma das regras do jornalismo que, quando não é seguida, pode levar profissionais e empresas a ter alguns problemas. Foi o que ocorreu com a rede de televisão americana CBS em setembro. Na edição do programa *60 minutos* do dia oito de setembro, o jornal apresentou documentos sobre o histórico militar do presidente George Waker Bush na Força Aérea Americana, supostamente escritos pelo tenente-coronel Jerry Killian em que ele afirmava ter sido pressionado pela família Bush a dispensar o atual presidente do combate na guerra do Vietnã. Os documentos também mostravam que o tenente estava insatisfeito com Bush por ele não ter obedecido ordens de fazer um exame médico, indispensável para conseguir status de piloto da Força Aérea.

Poucas horas após a transmissão do programa, começaram a ser apontadas falhas nos documentos. Curiosamente, a Internet, um meio jornalístico ainda recente e que por muitos ainda não é considerado confiável, devido a dificuldade de se checar as informações mostradas, teve grande importância na checagem dos fatos. Alguns blogs, feitos por jornalistas autônomos, baseados em análises dos tipos usados nos documentos, mostraram que eles foram digitados em um processador de textos moderno e não pelas máquinas de escrever disponíveis ao tenente-coronel Jerry Killian em 1972.

A rede de televisão não teve como provar a autenticidade dos documentos, apesar dos esforços para evitar que sua credibilidade fosse abalada. Por isso, no dia 19 de setembro, o âncora do programa, Dan Rather, se desculpou com os telespectadores por ter dado a notícia sem ter certeza de sua veracidade. No mesmo dia, Rather entrevistou Bill Burkett, ex-oficial da Guarda Nacional, que entregou os documentos à CBS. Ele disse que sabia que eles poderiam ser falsos e que recomendou à emissora que fossem checados. A CBS contratou dois especialistas para analisá-los. Ambos ergueram cartões vermelhos ao uso dos documentos no



Âncora se desculpa ao vivo pela falha

tejornal. Não foram ouvidos. Burkett também mentiu sobre a origem dos documentos. Primeiro, disse que eles foram entregues por um oficial da Força Aérea. Depois que a autenticidade foi questionada, admitiu que enganou a emissora sobre a fonte mas garantiu preservar seu anonimato.

Com uma carreira recheada de momentos memoráveis, Dan Rather, 72 anos é considerado um dos mais respeitados âncoras da televisão americana - se não o maior. Sempre teve um personalidade forte e polêmica, se aproximando da notícia ao mesmo tempo que o restante da mídia se mantinha distante. O âncora, que sempre se definiu como um "homem da notícia", comandando reportagens, trabalhando pessoalmente nelas em muitos casos, se viu obrigado a admitir que na reportagem de Bush sua participação se restringiu a uma entrevista ao vivo. Constrangido, muito longe da agressividade costumeira de suas entrevistas, se desculpou pelos erros cometidos pela emissora com um lacônico "lamento".

Em entrevista ao *Washington Post*, no dia dois de outubro, ele disse que não vai desistir da luta e que pretende continuar no posto. Mas Rather não está comentando o episódio. Em um fórum realizado pela revista *The New Yorker*, ele deixou claro que foi "calado" pela administração da CBS e que o presidente da rede, Andrew Heyward, pediu que ele não comentasse o caso enquanto este era investigado.

Democráticos x republicanos- Os republicanos acusam os democratas de terem forjado esses documentos. O porta-voz de Bush, Scott McClellan, disse que a origem desses documentos deve ser investigada, assim como uma possível ligação entre Burkett e o Partido Democrata. Outra acusação feita pelo porta-voz é de que haveria uma ligação entre a CBS e o partido de John Kerry para destruir a imagem do presidente Bush com ataques antigos e infundados. Com o caso dos documentos, os republicanos encontraram uma maneira concreta de questionar a imparcialidade da CBS e confirmar o apoio da grande mídia americana à candidatura de John Kerry.

Na tentativa de provar sua imparcialidade e não-envolvimento com o caso, a rede de televisão CBS nomeou uma comissão independente para realizar uma investigação sobre o caso. A comissão, formada por Dick Thornburgh, ex-governador do estado da Pensilvânia, e Louis Boccardi, ex-presidente da agência de notícias americana Associated Press, tem acesso irrestrito a todos os documentos e provas que já foram reunidos além de cooperação total da CBS, que garantiu que vai noticiar todos os avanços nas investigações.

Os documentos podem ser falsos, mas o que eles dizem é verdadeiro. Quem afirma isso é a ex-secretária de Jerry Killian, o tenente-coronel que teria escrito os polêmicos documentos. Marian Carr Knox, que se define como o braço direito de Killian, conta que Bush não obedecia ordens e que "ele parecia achar que estava acima de qualquer reprovação". Ela conta que Killian arquivou documentos que enviou a superiores relatando a performance de Bush e a constante desobediência do tenente de reserva. Arquivou também algumas respostas que recebeu de superiores pressionando-o a tomar algumas atitudes mais leves em relação a Bush. Há também outra evidência, mas desta vez sobre a entrada de Bush na Guarda Nacional para fugir da guerra do Vietnã. Ben Barnes, que trabalhou para o governo do Texas na época, disse ter ajudado Bush a entrar na corporação como forma de evitar que ele fosse mandado para a guerra, como estava acontecendo com milhares de jovens de sua idade. Ajudou ainda a conseguir para ele uma boa colocação.

Essa briga entre históricos militares está fazendo parte da disputa política pela presidência. Com o candidato democrata ostentando suas condecorações pela participação na guerra do Vietnã, Bush se viu obrigado a provar que cumpriu todas as suas obrigações militares. Nenhum deles vai ser mandado ao Iraque, mas já que o país está em guerra, mandando seus jovens para o campo de batalha, a maior parte da população começou a ver isso como um ponto positivo no futuro presidente. Mas isso já é outra história.

Priscila Grison

Vetado reajuste imoral de 68,9%

Prazo acaba e plano de ganhar R\$ 7,13 mil é adiado por pelo menos quatro anos



Ex-aluna, Sonia Bridi volta formada

IV Semana do Jornalismo tem acesso virtual

Todos os interessados em discutir e aprender jornalismo não precisarão estar em Florianópolis para assistir as palestras da IV Semana do Jornalismo, que ocorrerá entre 8 e 12 de novembro, no auditório do Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina. A novidade desta edição será a transmissão das palestras ao vivo, em vídeo, pela Internet.

Quem puder estar presente durante o evento, que é organizado exclusivamente por estudantes de Jornalismo da UFSC, poderá ver ao vivo jornalistas de renome nacional, como Eugênio Bucci, Ricardo Noblat, Marcelo Beraba, Sonia Bridi e Fernando Mitre, entre outros. As palestras ocorrerão todos os dias, às 14h30 e às 19 horas. Durante a manhã, haverá mini-cursos relacionados à prática jornalística. A IV Semana do Jornalismo é totalmente gratuita e aberta a todos os interessados.

O evento também contribuirá para a discussão sobre o Conselho Federal do Jornalismo, assunto que gerou polêmica desde agosto. No único debate da Semana, Sérgio Murilo de Andrade, presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), e Maurício Tuffani, ex-editor-chefe da revista Galileu, irão discutir os prós e contras da criação do CFJ. O confronto irá ocorrer na noite de quinta-feira, 11 de novembro.

Segundo Wladimir d'Andrade, presidente do Centro Acadêmico Livre de Jornalismo da UFSC, o objetivo do evento é "complementar os conteúdos de sala de aula, levando os estudantes e o público em geral a conhecer a realidade das redações por meio de jornalistas experientes nos mais diversificados suportes como jornal, Internet, TV e rádio". A IV Semana do Jornalismo tem "mais de 20 estudantes na organização, que estão trabalhando para atingir este objetivo e melhorar a edição do ano passado", completa Wladimir. No endereço www.semanadojornalismo.ufsc.br está toda a programação de palestras e vídeos que serão apresentados.

Robson Martins

O período eleitoral minguou o plano dos vereadores da Câmara Municipal de Florianópolis em elevar seus salários para o próximo mandato de R\$ 4,2 mil para R\$ 7,13 mil, totalizando um aumento de 68,9%. Às vésperas das eleições, frente à péssima repercussão da proposta junto à população, o projeto de lei que fixava o reajuste dos subsídios acabou não sendo aprovado. Com isso, o salário dos vereadores só poderá ser alterado daqui a quatro anos, nas próximas eleições municipais. Na atual, os membros reeleitos são 9 dos 16 que conseguiram uma vaga na Câmara.

O aumento que estabelece o salário dos vereadores nos municípios com mais de 300 mil habitantes em até 60% do que ganha um deputado estadual estaria previsto na Constituição Federal. O exagero, segundo documentos em poder do vereador Lázaro Daniel (sem partido), é que no reajuste de 68,9% estaria incluída a taxa de auxílio moradia dos deputados estaduais. Esse valor é aplicado apenas quando o político não reside necessariamente na cidade onde vai exercer o cargo. No caso dos vereadores, uma das premissas é que eles sejam moradores do município pelo qual se elegeram.

Hoje, o salário de um deputado estadual está em torno de R\$ 12 mil. Dessa quantia, R\$ 2.250,00 correspondem ao auxílio moradia. Se os cálculos tivessem sido feitos sem incluir esse valor, os próximos vereadores, eleitos no dia 3 de outubro, não poderiam ganhar mais do que R\$ 5.781,25 - uma porcentagem 20% menor do que o aumento pretendido. Além do salário, os vereadores recebem ainda uma quantia em torno de R\$ 1,5 mil para despesas de gabinete.

"[O reajuste] pode até ser legal, mas é imoral pela situação crítica que o país atravessa", condena Lázaro Daniel, contrário à aprovação do projeto de lei. Ele se refere ao aumento de apenas 2,68% repassado aos servidores municipais, que reivindicavam 17%. "Quem ganha salário mínimo não tem direito a auxílio moradia", ironiza. Apesar de reconhecer que o salário mínimo não representa parâmetro para o reajuste, Lázaro acredita que os vereadores precisam "dar o exemplo" para a população.

Votação secreta— Na sessão extraordinária do dia 22 de junho, foram votados o projeto de lei que determinava o acréscimo nos vencimentos dos vereadores, bem como o que previa um aumento salarial próximo a 89% para o prefeito (que passaria a ganhar R\$ 15,4 mil - mais que o governador do Estado e o Presidente da República), de 135% para o vice-prefeito e 146% para secretário.

As matérias foram aprovadas com 17 votos a favor. Lázaro Daniel absteve o voto na primeira e votou contra a segunda. Os vereadores João Aderson Flores (PFL), D.J. Machado (PP) e Márcio de Souza (PT) estavam ausentes. Com a aprovação, a prefeita Angela Amin teria então 15 dias úteis para sancionar os projetos de lei.

A notícia não foi bem recebida pela população. Sentindo-se injustiçado na condição de bode expiatório, Acácio Garibaldi S. Thiago Filho (PP), o relator do projeto de lei sobre o reajuste dos subsídios dos vereadores, resolveu encabeçar um abaixo-assinado em que pedia que a prefeita vetasse as matérias. Pressionados pela reação popular, 11 vereadores assinaram o documento.

A prefeita recebeu o abaixo-assinado, consultou a procuradoria do município e vetou os projetos de lei. Eles voltaram a tramitar na Câmara para confirmação, com votação agendada para o dia 13 de setembro, passado o período de recesso. Para surpresa geral, o veto que negava o aumento do salário dos vereadores foi derrubado, com 13 votos a favor e apenas 6 contrários.

A votação foi secreta. A apreciação do veto é uma das últimas questões legais a resistir à crise do sigilo provocada pela violação, em 2001, do painel eletrônico do Senado a mandos dos senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF) e Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) durante uma votação secreta. A partir dessa data, boa parte das Câmaras e Assembleias Legislativas no país passou a utilizar mais o voto aberto. Hoje, a maioria restringe o sigilo a casos de cassação de mandato ou de votação de vetos.

No caso do aumento dos salários dos vereadores em Florianópolis, a quantidade de votos a favor da manutenção do veto - e contrários ao projeto de lei - coincidiu com o número de vereadores que se manifestaram contrários à proposta de reajuste antes da votação. Foram eles o presidente da Casa, Márcio Ávila (PP), Márcio de Souza, Nildomar Freire (PC do B), Aloísio Piazza (PMDB), Juarez Silveira (PTB) e Lázaro Daniel. Porém, no dia seguinte, 14 vereadores disseram à imprensa que votaram a favor do veto e contra o reajuste.

Já o veto ao aumento dos salários do prefeito, vice e secretários da próxima gestão foi mantido. O novo prefeito continuará recebendo R\$ 5,5 mil mensais, salário menor do que o aplicado em algumas cidades catarinenses, como Blumenau, onde o prefeito Décio Lima (PT) ganha R\$ 10,5 mil por mês. A Constituição Federal estabelece que o salário do prefeito só não

pode exceder o de um ministro do Supremo Tribunal Federal, de R\$ 19 mil.

Tirando o corpo fora— Veto derrubado, a prefeita Angela Amin deveria decidir sobre os novos salários para vereador, mas preferiu não se posicionar, deixando a decisão para o presidente da Câmara, que teria o prazo de 48 horas para promulgar a lei.

O vereador Márcio Ávila, que já havia se manifestado contrário ao reajuste, também passou adiante a responsabilidade, que caiu nas mãos do vereador Gean Marques Loureiro (PSDB), vice da Casa. Loureiro ancorou-se em princípios jurídicos através dos quais só seria obrigado a substituir o presidente se ele estivesse ausente ou impossibilitado de deliberar. Não assinou a lei.

Em 25 de setembro, passadas outras 48 horas para a promulgação da lei, prazo previsto na Lei Orgânica do município, o projeto que elevava os subsídios dos vereadores expirou. De acordo com a Constituição Federal, o reajuste de subsídios deve ser proposto em projeto de lei pelo menos 6 meses antes de a legislatura seguinte assumir. Desrespeitado esse espaço de tempo, um novo projeto não pode ser formulado.

O salário de R\$ 4,2 mil permanece intacto, ao menos nos próximos quatro anos. Esse valor não sofre reajuste desde fevereiro de 1995. Na votação do dia 13 de setembro, os mesmos vereadores que se manifestaram contra o aumento salarial proposto também disseram que os atuais vencimentos precisam ser repensados. "Quem viver só do salário de vereador, vai estar ganhando muito pouco", justifica o vereador Francisco Rzatki (PMDB), o "Chicão".

"A discussão foi mal conduzida", completa Chicão, que votou a favor do aumento na sessão do dia 22 de junho, "faltou um presidente na Câmara". Para o vereador, Márcio Ávila não teve boa atuação no caso. O ponto de vista de Chicão é de que a votação dos vetos da prefeita Angela Amin deveria ter sido aberta.

O vereador Lázaro Daniel não acha que o projeto de lei tenha sido pouco discutido na Câmara. Para ele, o que se viu foi uma "má vontade explícita" por parte dos vereadores. "Quem está bem intencionado, analisa profundamente um projeto de lei antes de votar", compara. Procurado para falar sobre o assunto, o vereador Gean Marques Loureiro não respondeu às ligações. No dia 3 de outubro, o tucano foi reeleito vereador como o terceiro candidato mais votado, com 2,45% dos votos. Os políticos Márcio Ávila, Márcio de Souza, João Batista (PFL), Alexandre Fontes (PP), Jaime Tonello (PFL), Juarez Silveira, Polomen Bittencourt Junior (PFL) e João da Bega (PMDB) também se reelegeram.

Fernanda Fava

Expocom: ganhamos seis prêmios nacionais

Na sua melhor campanha dos últimos anos, o Curso de Jornalismo da UFSC surpreendeu na 11ª edição da Exposição de Pesquisa Experimental em Comunicação, a Expocom. Dos seis projetos e trabalhos finalistas na competição, a maior do gênero no país, dois conquistaram o primeiro lugar, dois foram vice e outros dois ficaram com a terceira colocação. Concorreram mais de 2.200 trabalhos de 180 instituições, em 63 diferentes categorias. A premiação ocorreu no dia 1º de setembro, durante o XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado na Pontifícia Universidade Católica gaúcha (PUC), em Porto Alegre.

O grande destaque da UFSC na Expocom, promovida pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), foi o projeto Universidade Aberta, coordenado pelos professores Valci Zuculoto e Eduardo Meditsch. O projeto foi contemplado na modalidade Web rádio, com a Rádio Ponto UFSC, emissora virtual do Curso de Jornalismo. Também foi o primeiro colocado na categoria Agência de notícias com o sítio Unaberta On-line, que cobre o que acontece na UFSC e os assuntos relacionados à educação em nível nacional, que é atualizado em todos os dias úteis. Esta foi a quinta vez que o Unaberta vence na Expocom. Entre 1998 e 2000, o sítio foi campeão consecutivo em categorias como Design de tela, Jornal on-line e Homepage.

O segundo lugar da categoria Comunicação e Cidadania ficou com o *Fazendo rádio na escola*, projeto de extensão em que estudantes de Jornalismo auxiliam os alunos da Escola Básica Municipal Beatriz de Souza Brito, em Florianópolis, a elaborar a programação da sua estação de rádio experimental interna. Os recém-formados Mariana Romani e Sinuê Giacomini também conseguiram a segunda colocação na categoria Revista digital, com *Jornalismo na*



Internet rendeu prêmios para a UFSC

TV: O olhar de quem faz - trabalho de conclusão de curso. Eles produziram um manual de telejornalismo em formato de CD-Rom.

Na categoria Jornal mural, o estudante Richard Amante conquistou a terceira colocação com o trabalho *U.R.S.S.*, pela "originalidade no seu projeto gráfico", segundo comentário dos julgadores. O jornal, atividade da disciplina Edição, foi baseado no livro *Imperium*, do jornalista polonês Ryszard Kapuscinski, que traça um perfil amplo da extinta União Soviética. Richard obteve ainda o terceiro lugar na modalidade Vídeo institucional pelo trabalho *Casa Lar*, produzido junto com a estudante Fernanda Menegotto.

Neste ano, o Jornalismo da UFSC concorreu na Expocom com pelo menos 40 trabalhos e voltou a conquistar bons resultados, como antigamente. Nas primeiras edições, o curso costumava se destacar entre as outras escolas de comunicação do país, pela qualidade das produções e pelo número de prêmios que conquistava. Agora, na 11ª edição da exposição, o Curso de Jornalismo teve o maior número de finalistas dos últimos quatro anos.

Além de conseguir seis boas colocações na Expocom, o Curso de Jornalismo foi contemplado pela comunidade acadêmica da área com o Prêmio Luiz Beltrão, na categoria Instituição paradigmática. Também concedido pela Intercom, o Luiz Beltrão é destinado a entidades - cursos, escolas, empresas ONGs, entre outros - que se destacam em programas de pesquisa em comunicação. Instituições como a Editora Vozes e a Cinemateca Brasileira já foram vencedoras. "O Jornalismo da UFSC chegou aos seus 25 anos com um projeto didático-pedagógico consolidado e eficiente", diz Francisco Karam, chefe do Departamento de Jornalismo.

Mariana Segala

Post admite cobertura pró-guerra

Jornal boicotou críticas à invasão do Iraque e aumenta lista de *mea-culpa* no EUA

Depois de o jornal *The New York Times* assumir, em maio, que sua cobertura sobre a Guerra do Iraque não foi tão rigorosa quanto deveria, o diário *Washington Post* também resolveu publicar seu *mea-culpa* em matéria de capa. O artigo assinado pelo editor Howard Kurtz, publicado no dia 12 de agosto, faz uma retrospectiva da cobertura do jornal e conclui que o *WPost* falhou por não ser crítico o suficiente em relação aos motivos do presidente George Walker Bush para invadir o Iraque. Enquanto as declarações oficiais iam para a capa, matérias que criticavam a falta de evidências sobre armas de destruição em massa no país de Saddam Hussein ficavam relegadas às páginas internas do primeiro caderno.

O *Post* aproveitou a maré de outros grandes jornais e revistas dos Estados Unidos para lavar a roupa suja em público. E o tanque estava cheio. Dezenas de matérias que desafiavam a Casa Branca foram menosprezadas para dar espaço à campanha de Bush na invasão do Iraque. Nem o *lobby* dos repórteres para uma cobertura mais feroz, que tinha entre os militantes os veteranos Walter Pincus e o premiado Bob Woodward, passou pelos editores, sob a alegação de que muitas matérias estavam competindo pelo mesmo espaço. Mas a lealdade a Bush chegou no limite, pois mesmo depois de um ano e meio da queda de Saddam e da morte de mais de 11 mil pessoas, as tropas americanas ainda procuram as armas de destruição em massa, tão evidentes no pré-guerra.

A análise posterior da cobertura revela que o jornal seguiu com afinco a cartilha da Casa Branca. De agosto de 2002 até 19 de março de 2003, começo da guerra, o *Washington Post* publicou mais de 140 matérias de capa com foco nas declarações do governo contra o Iraque e, apesar de ter publicado dezenas de matérias críticas sobre os motivos da invasão, elas raramente ganhavam o mesmo espaço. Em seu artigo, Kurtz diz que "o resultado foi uma cobertura que, apesar dos *flashes* em primeira mão, analisando em retrospectiva, parecem impressionantemente parciais".

Reportagens boicotadas

No texto estão alguns exemplos de textos que receberam menos atenção do que deviam. "Dias antes da guerra, Karen DeYoung, editora assistente que cobriu a diplomacia pré-guerra e Dana Priest, repórter de segurança nacional, escreveram uma reportagem dizendo que os oficiais da CIA "comunicaram significantes dúvidas ao governo" sobre evidências de que o Iraque tentava negociar urânio para armas nucleares. O texto foi guardado até 22 de março, três dias depois de a guerra começar. Os editores culpavam uma grande quantidade de material sobre os rumores da invasão". As mesmas razões foram alegadas para abafar o texto do repórter Joby Warrick, no dia 19 de setembro de 2002. Ele escreveu uma matéria "com especialistas independentes que questionavam se milhares de tubos de alumínio solicitados pelo Iraque eram pretendidos para um programa secreto de armas nucleares, como o governo estava afirmando. A matéria foi publicada na página A-18". Meses depois, em 30 de janeiro de 2003, "Pincus e Dana Priest escreveram que a evidência que o governo estava reunindo sobre Bagdá esconder armas de guerra e documentos 'era circunstancial'. A matéria foi publicada na página A-14".

Kurtz identifica problemas na apuração das matérias como um dos obstáculos da cobertura. "Havia a considerável dificuldade de lidar com reticentes oficiais da inteligência a quem eram confiados dados resumidos vindos

de desertores do Iraque e outras fontes obscuras e nunca se podia ter certeza sobre o que eles sabiam", continua. O texto destaca que "decisões como essas coincidiram com as páginas editoriais do *Post*, dando um forte apoio à guerra, como as declarações do dia após a apresentação de Colin Powell, secretário de Estado do governo americano, de que "é difícil imaginar como alguém pode duvidar que o Iraque possui armas de destruição em massa".

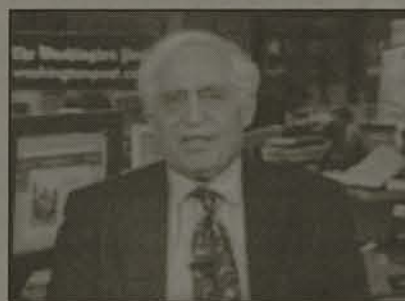
Howard Kurtz entrevistou cerca de 20 jornalistas do *Post* durante a revisão da cobertura. Em seu artigo, diz que "alguns repórteres que se uniram para priorizar matérias que questionassem as evidências do governo reclamaram de editores sênior, que estavam pouco entusiasmados em relação a esse tipo de matéria". No grupo dos jornalistas frustrados com a posição assumida pelos editores do *Post*, Kurtz citou repórteres que cobriam as reuniões diárias de guerra. No artigo ele escreve que esses jornalistas "reclamaram com os editores nacionais que a algazarra que pairava sobre a invasão estava atropelando o trabalho de Pincus e de outros que criticavam o governo".

Estrela do caso Watergate e autor de *best-sellers* como *Plan of attack* (*Plano de ataque*) e *Bush at war* (*Bush em guerra*), o

editor Bob Woodward lamenta que os jornalistas empenhados em desafiar a Casa Branca não tenham conseguido pressionar mais os editores. "Nós fizemos o nosso trabalho, mas não foi suficiente, e me culpo muito por não insistir mais. Nós deveríamos ter prevenido os leitores de que tínhamos informações de que as bases para a guerra eram frágeis. Aquelas eram exatamente o tipo de indicações que deveriam ser publicadas na primeira página".

Censura disfarçada- Nenhum repórter do *Post* investigou a história das armas de destruição em massa no Iraque mais fundo do que Pincus, 71 anos, membro do jornal há 32 anos. Suas matérias foram as mais vetadas durante a cobertura do período que antecedeu a invasão. Kurtz diz que "enquanto Pincus despejava informações 'de fontes que tenho usado por anos', algumas pessoas na redação do *Post* questionavam seu trabalho. Os editores reclamavam que ele era 'crítico' e suas histórias, difíceis de acompanhar, tinham que ser reescritas".

Dias antes da guerra contra o Iraque começar, o veterano Pincus, fez uma matéria questionando se a administração Bush tinha provas de que Saddam Hussein estava escondendo armas de destruição em massa. O artigo de Kurtz relembra que "ele enfrentou resistência dos editores do jornal, e seu texto só passou depois que o editor Bob Woodward, que estava pesquisando para um livro sobre a corrida para a guerra, 'ajudou-o a vender a história'". Pincus garantiu a Kurtz que, sem Woodward, "a matéria dificilmente entraria no jornal". Mesmo assim, o texto foi publicado em página interna e sem destaque.



Pincus: crítica publicada sem destaque

"Oficiais não exageraram nas informações?"

sobre o assunto, e ele reconheceu que, "em retrospectiva, aquilo provavelmente deveria sair na capa em vez de na página A-17. De todo modo essa não seria uma matéria definitiva e teria que confiar em fontes não identificadas. Foi uma matéria muito intuitiva".

Downie foi entrevistado por Kurtz e admite que errou em algumas de suas escolhas editoriais. "Nós estávamos tão focados em tentar descobrir o que o governo estava fazendo que não demos o mesmo espaço para aqueles que diziam que não era uma boa idéia ir para a guerra". No artigo, ele assume que "um número insuficiente de matérias desse tipo (críticas) foi colocado na capa. Foi um erro da minha parte".

Quando a guerra começou, cerca de 30% da população dos Estados Unidos era contra a invasão. Downie reconhece que "as vozes que levantavam questões sobre a guerra ficaram sozinhas. Nós não prestamos suficiente atenção às minorias". A pergunta que ficará sem resposta é se esse número teria aumentado caso a cobertura do *Post* tivesse sido diferente. Downie acha que não. "As pessoas que eram contra a guerra desde o início e que foram críticas à cobertura da mídia no período antes da guerra acreditam que, de alguma forma, a mídia deveria lutar contra a guerra. Eles têm a impressão errada de que, se a cobertura da mídia tivesse sido diferente, não teria havido uma guerra", pondera. Mas sua opinião não é compartilhada por todos os leitores. Nas cartas enviadas ao jornal nos dias subsequentes à publicação do artigo de Kurtz, algumas elogiam a atitude do *Post*, e outras criticam as declarações de Downie e dizem que se a mídia tivesse alertado as pessoas sobre o que realmente estava acontecendo, a mobilização popular teria aumentado e poderia pressionar o governo.

O depoimento de Liz Spayd, editora assistente de notícias nacionais, citada no artigo de Kurtz elogia o trabalho do *Post* que, para ela, "foi forte". "Acredito que nós trabalhamos tanto ou mais do que qualquer um", diz, "em questionar as declarações do governo em todos os tipos de assunto relacionados com a guerra". Ao mesmo tempo em que justifica as falhas do jornal, Spayd não se mostra arrependida. "Se eu sinto que nós devemos aos nossos leitores um pedido de desculpas? Acho que não. As pessoas esquecem quantas facetas dessa história estávamos caçando... as ramificações políticas... prontidão militar... edições sobre o pós-guerra e quanto preparado estava o governo... ângulos diplomáticos... nós estávamos procurando armas de destruição em massa... todas essas matérias estavam competindo por proeminência", recorda. Mas houve omissão e foi reconhecido.

Francis França



Kurtz: na capa, governo era prioridade



Estadão muda para ter liderança

Novo projeto gráfico e cadernos inovadores sacodem mercado e concorrentes

Upiara Boschi
Especial de São Paulo

Uma reforma ousada, uma surpresa para leitores e anunciantes, um jornal inteiramente novo nas bancas de todo país. Ou quase. Ainda estão lá o logotipo azul e o nome de um membro da família Mesquita como diretor, mas pode-se dizer que foi tudo o que sobrou do velho *O Estado de S. Paulo* que todos conheciam. Desde 17 de outubro, o novo *Estadão* é uma publicação que pretende aliar a beleza das páginas e um bom texto à tradição de seus 130 anos de existência. Além disso, traz uma idéia fixa: voltar a ser o melhor e mais influente jornal do Brasil.

"Depois de saneada a empresa, tínhamos que decidir entre ficar à mercê da decadência mundial da imprensa escrita ou reagir". A dura frase de Sandro Vaia, membro da diretoria executiva e chefe da redação do *Estadão*, faz referência ao novo modelo de administração do Grupo Estado (com o afastamento da família Mesquita do controle direto do negócio) e aos números que mostram a diminuição da tiragem dos principais jornais brasileiros. Em 1997 a tiragem média era de 250 mil exemplares e hoje não passa de 80 mil.

O primeiro passo foi encomendar pesquisas que traçassem um perfil do jornal e que pudessem apontar novos rumos. "Descobrimos que o *Estadão* era um jornal que tinha dificuldades de tirar proveito de seus próprios atributos", disse Sandro Vaia, durante a palestra em que apresentou o novo projeto aos repórteres. Com base nessas pesquisas, descobriram a pólvora: que o público via o *Estadão* como um jornal conservador, tradicional, que se preocupa em manter o status quo. Também foram citados como pontos negativos a linguagem rebuscada dos textos e a tipologia antiquada apresentada pela publicação. Ainda assim, era considerado mais completo e tinha mais credibilidade do que os concorrentes. Maduro e completo, mas pesado e com pouco destaque ao entretenimento - o que se resumia na resposta à pergunta "se o *Estadão* fosse um país, qual seria?". Alemanha, ou seja, o contrário da percepção que o público tinha do principal concorrente, a *Folha de S. Paulo* - vista como liberal, eclética, arrojada e jovem, embora menos confiável. A Holanda dos jornais brasileiros, segundo a pesquisa.

Detectados os problemas, a diretoria do Grupo foi atrás da consultoria da Universidade de Navarra, na Espanha, para implantar um novo projeto gráfico e editorial para o jornal. O resultado ficou aquém do esperado e buscou-se uma nova consultoria.

Ainda na Espanha, desta vez na cidade de Barcelona, recorreu aos serviços da Casis i Associats. Assim, a reforma do velho *Estadão* ficou por conta do brasileiro Francisco Amaral, o responsável pelas mudanças que levaram o *Correio Braziliense* a ser um dos mais premiados jornais do país.

Mas a reforma não ficaria apenas na parte gráfica, era preciso ter um texto mais leve, uma linguagem menos empolada. "Tirar o 'mesquitinha' que existia dentro de cada repórter, de cada editor", como disse um dos jornalistas responsáveis pela implantação do projeto. As pesquisas apontavam que o jornal é considerado uma leitura obrigatória. A reforma buscava fazer com que essa obrigação também se transformasse em um prazer. Acabar com a arsi-sudo, ampliar a relação com o jovem e com a mulher - até então afastados do jornal. Além de, no caso da edição dominical, disputar o público que troca a leitura de jornais pela de revistas semanais de informação.

As mudanças foram drásticas e atingem a própria distribuição das pautas pelas editorias e o modo de escrever para o *Estadão*. A cobertura da editoria Nacional, no primeiro caderno, foi ampliada. Deixa de destacar apenas a política partidária e incorpora ações governamentais nas áreas de saúde, educação, cultura, etc. Por exemplo, o projeto de criação da Agência Nacional de Cinema e Audiovisual (Ancinav) deixa as páginas do Caderno 2, assim como programas desenvolvidos pelo Ministério da Educação ou da Saúde saem da editoria de Geral. Livre da política, Geral muda de nome para "Vida&", com destaque maior à ciência, medicina, educação e bem-estar. A editoria de Economia não perdeu a parte de política monetária para o primeiro caderno. Pelo contrário, ganhou quatro páginas dedicadas a negócios e a missão de brigar pelos leitores dos jornais especializados *Valor Econômico* e *Gazeta Mercantil*.

A editoria de Esportes é outra que precisa reaprender a escrever para o *Estadão*. Foi decretado o fim da cobertura burocrática de jogos e treinos, com ênfase no resultado dos jogos e no dia-a-dia do clube. O repórter precisa partir da premissa de que o leitor já viu na televisão os gols da rodada e que é necessário contar histórias, apresentar perfis. A busca por personagens para ilustrar as matérias é a nova obsessão de todo o jornal, em todas as editorias. O caderno de Cidades passa a se chamar *Metrópole* na edição destinada à Grande São Paulo e dá espaço maior a reportagens.

Ao Caderno 2 fica reservada a difícil tarefa de manter a sofisticada cobertura atual - com destaque a teatro, dança, artes plásticas -, mas de forma mais

leve e com maior maior atenção ao público jovem. Isso pôde ser percebido logo na primeira semana após a introdução da reforma, quando o caderno deu matéria de capa com os roqueiros Pitty e Offspring. Tais mudanças preocupam o crítico de cinema Luís Carlos Merten. Ele teme a perda de identidade. "A mudança gráfica e editorial é traumática, estamos nos acostumando ainda", explica.

As duas principais novidades são os cadernos *Aliás* e *Link*. O primeiro, publicado aos domingos, pretende fazer um resumo do que aconteceu durante a semana e discutir temas polêmicos. Traz também uma entrevista nas páginas centrais e um perfil na contracapa. O objetivo é ter um espaço para análise e reportagens mais aprofundadas e, com isso, fazer frente à concorrência com as revistas semanais de informação. A pesquisa encomendada pelo *Estadão* detectou a migração de leitores da edição dominical dos jornais para revistas como *Veja*, *IstoÉ* e *Epoca*.

O *Link* - "o mais ambicioso projeto da reforma", segundo Sandro Vaia - é encartado às segundas-feiras e substitui o antigo caderno de Informática. Ele é totalmente integrado ao site www.link.estadao.com.br, que complementa as matérias publicadas e permite que o caderno possa ter uma linguagem mais ampla do que a destinada ao público "micreiro". Vaia é claro: "Nós vamos desfeticizar o computador e criar uma sinergia entre os veículos do Grupo Estado. Jornais, rádio e portal". O site também tem uma comunidade

on-line que tem o objetivo de ser o Orkut brasileiro. Com a diferença de que ninguém vai precisar de convite para se cadastrar.

A coroação do reforma virá em fevereiro ou março, quando começa a circular aos domingos a revista do *Estadão*. A Urbana pretende aliar entretenimento sofisticado com matérias de comportamento. Será uma revista de 80 páginas, com venda de anúncios separada do resto do jornal, realizada por uma equipe contratada apenas para esse fim. Na comparação com as revistas de domingo dos concorrentes, Sandro Vaia é enfático: "Se for pra fazer uma revista como a da *Folha*, não precisamos fazer nada.

Se ainda é cedo para uma avaliação dos resultados da reforma e se os objetivos do novo *Estadão*, vão ser atingidos, ao menos é possível dizer que o processo provocou reação na concorrência. No dia seguinte à implantação do novo projeto, o diretor da *Folha de S. Paulo*, Otávio Frias Filho, mandou aumentar o número de páginas coloridas no jornal. Até então, por medida de economia, só recebiam cor as páginas que o anunciante exigisse.



Capa do Estadão no dia da mudança: estilo mais claro

Feição mais leve busca atrair leitor jovem e feminino que não se identificava com o sisudo projeto anterior

on-line que tem o objetivo de ser o Orkut brasileiro. Com a diferença de que ninguém vai precisar de convite para se cadastrar.

A coroação do reforma virá em fevereiro ou março, quando começa a circular aos domingos a revista do *Estadão*. A Urbana pretende aliar entretenimento sofisticado com matérias de comportamento. Será uma revista de 80 páginas, com venda de anúncios separada do resto do jornal, realizada por uma equipe contratada apenas para esse fim. Na comparação com as revistas de domingo dos concorrentes, Sandro Vaia é enfático: "Se for pra fazer uma revista como a da *Folha*, não precisamos fazer nada.

Se ainda é cedo para uma avaliação dos resultados da reforma e se os objetivos do novo *Estadão*, vão ser atingidos, ao menos é possível dizer que o processo provocou reação na concorrência. No dia seguinte à implantação do novo projeto, o diretor da *Folha de S. Paulo*, Otávio Frias Filho, mandou aumentar o número de páginas coloridas no jornal. Até então, por medida de economia, só recebiam cor as páginas que o anunciante exigisse.

Ao Caderno 2 fica reservada a difícil tarefa de manter a sofisticada cobertura atual - com destaque a teatro, dança, artes plásticas -, mas de forma mais

leve e com maior maior atenção ao público jovem. Isso pôde ser percebido logo na primeira semana após a introdução da reforma, quando o caderno deu matéria de capa com os roqueiros Pitty e Offspring. Tais mudanças preocupam o crítico de cinema Luís Carlos Merten. Ele teme a perda de identidade. "A mudança gráfica e editorial é traumática, estamos nos acostumando ainda", explica.

As duas principais novidades são os cadernos *Aliás* e *Link*. O primeiro, publicado aos domingos, pretende fazer um resumo do que aconteceu durante a semana e discutir temas polêmicos. Traz também uma entrevista nas páginas centrais e um perfil na contracapa. O objetivo é ter um espaço para análise e reportagens mais aprofundadas e, com isso, fazer frente à concorrência com as revistas semanais de informação. A pesquisa encomendada pelo *Estadão* detectou a migração de leitores da edição dominical dos jornais para revistas como *Veja*, *IstoÉ* e *Epoca*.

O *Link* - "o mais ambicioso projeto da reforma", segundo Sandro Vaia - é encartado às segundas-feiras e substitui o antigo caderno de Informática. Ele é totalmente integrado ao site www.link.estadao.com.br, que complementa as matérias publicadas e permite que o caderno possa ter uma linguagem mais ampla do que a destinada ao público "micreiro". Vaia é claro: "Nós vamos desfeticizar o computador e criar uma sinergia entre os veículos do Grupo Estado. Jornais, rádio e portal". O site também tem uma comunidade

on-line que tem o objetivo de ser o Orkut brasileiro. Com a diferença de que ninguém vai precisar de convite para se cadastrar.

leve e com maior maior atenção ao público jovem. Isso pôde ser percebido logo na primeira semana após a introdução da reforma, quando o caderno deu matéria de capa com os roqueiros Pitty e Offspring. Tais mudanças preocupam o crítico de cinema Luís Carlos Merten. Ele teme a perda de identidade. "A mudança gráfica e editorial é traumática, estamos nos acostumando ainda", explica.

As duas principais novidades são os cadernos *Aliás* e *Link*. O primeiro, publicado aos domingos, pretende fazer um resumo do que aconteceu durante a semana e discutir temas polêmicos. Traz também uma entrevista nas páginas centrais e um perfil na contracapa. O objetivo é ter um espaço para análise e reportagens mais aprofundadas e, com isso, fazer frente à concorrência com as revistas semanais de informação. A pesquisa encomendada pelo *Estadão* detectou a migração de leitores da edição dominical dos jornais para revistas como *Veja*, *IstoÉ* e *Epoca*.

O *Link* - "o mais ambicioso projeto da reforma", segundo Sandro Vaia - é encartado às segundas-feiras e substitui o antigo caderno de Informática. Ele é totalmente integrado ao site www.link.estadao.com.br, que complementa as matérias publicadas e permite que o caderno possa ter uma linguagem mais ampla do que a destinada ao público "micreiro". Vaia é claro: "Nós vamos desfeticizar o computador e criar uma sinergia entre os veículos do Grupo Estado. Jornais, rádio e portal". O site também tem uma comunidade

on-line que tem o objetivo de ser o Orkut brasileiro. Com a diferença de que ninguém vai precisar de convite para se cadastrar.

A coroação do reforma virá em fevereiro ou março, quando começa a circular aos domingos a revista do *Estadão*. A Urbana pretende aliar entretenimento sofisticado com matérias de comportamento. Será uma revista de 80 páginas, com venda de anúncios separada do resto do jornal, realizada por uma equipe contratada apenas para esse fim. Na comparação com as revistas de domingo dos concorrentes, Sandro Vaia é enfático: "Se for pra fazer uma revista como a da *Folha*, não precisamos fazer nada.

Se ainda é cedo para uma avaliação dos resultados da reforma e se os objetivos do novo *Estadão*, vão ser atingidos, ao menos é possível dizer que o processo provocou reação na concorrência. No dia seguinte à implantação do novo projeto, o diretor da *Folha de S. Paulo*, Otávio Frias Filho, mandou aumentar o número de páginas coloridas no jornal. Até então, por medida de economia, só recebiam cor as páginas que o anunciante exigisse.

Ao Caderno 2 fica reservada a difícil tarefa de manter a sofisticada cobertura atual - com destaque a teatro, dança, artes plásticas -, mas de forma mais

leve e com maior maior atenção ao público jovem. Isso pôde ser percebido logo na primeira semana após a introdução da reforma, quando o caderno deu matéria de capa com os roqueiros Pitty e Offspring. Tais mudanças preocupam o crítico de cinema Luís Carlos Merten. Ele teme a perda de identidade. "A mudança gráfica e editorial é traumática, estamos nos acostumando ainda", explica.

As duas principais novidades são os cadernos *Aliás* e *Link*. O primeiro, publicado aos domingos, pretende fazer um resumo do que aconteceu durante a semana e discutir temas polêmicos. Traz também uma entrevista nas páginas centrais e um perfil na contracapa. O objetivo é ter um espaço para análise e reportagens mais aprofundadas e, com isso, fazer frente à concorrência com as revistas semanais de informação. A pesquisa encomendada pelo *Estadão* detectou a migração de leitores da edição dominical dos jornais para revistas como *Veja*, *IstoÉ* e *Epoca*.

O *Link* - "o mais ambicioso projeto da reforma", segundo Sandro Vaia - é encartado às segundas-feiras e substitui o antigo caderno de Informática. Ele é totalmente integrado ao site www.link.estadao.com.br, que complementa as matérias publicadas e permite que o caderno possa ter uma linguagem mais ampla do que a destinada ao público "micreiro". Vaia é claro: "Nós vamos desfeticizar o computador e criar uma sinergia entre os veículos do Grupo Estado. Jornais, rádio e portal". O site também tem uma comunidade

on-line que tem o objetivo de ser o Orkut brasileiro. Com a diferença de que ninguém vai precisar de convite para se cadastrar.

A coroação do reforma virá em fevereiro ou março, quando começa a circular aos domingos a revista do *Estadão*. A Urbana pretende aliar entretenimento sofisticado com matérias de comportamento. Será uma revista de 80 páginas, com venda de anúncios separada do resto do jornal, realizada por uma equipe contratada apenas para esse fim. Na comparação com as revistas de domingo dos concorrentes, Sandro Vaia é enfático: "Se for pra fazer uma revista como a da *Folha*, não precisamos fazer nada.

Se ainda é cedo para uma avaliação dos resultados da reforma e se os objetivos do novo *Estadão*, vão ser atingidos, ao menos é possível dizer que o processo provocou reação na concorrência. No dia seguinte à implantação do novo projeto, o diretor da *Folha de S. Paulo*, Otávio Frias Filho, mandou aumentar o número de páginas coloridas no jornal. Até então, por medida de economia, só recebiam cor as páginas que o anunciante exigisse.

Santa adere à onda do tablóide

Jornal segue moda mundial de abandono do modelo *standard* e público aceita

Após marcar presença nas mudanças dos tradicionais periódicos ingleses *The Independent* e *The Times* em 2003, o formato tablóide avançou também no Brasil, mais precisamente na região Sul, e conquistou o *Jornal de Santa Catarina*, o último jornal da RBS que adotava o formato *standard* — os outros cinco são *Zero Hora*, *Diário Gaúcho*, *Pioneiro*, *Diário de Santa Maria* e *Diário Catarinense*. Fundado em 1971 e comprado pela RBS em 1992, o *Santa*, como é conhecida a publicação, lançou o exemplar inicial em tamanho tablóide no dia 22 de setembro, data em que completou 33 anos, e se tornou o primeiro entre os 40 jornais de maior circulação no Brasil a alterar o formato. “A mudança era uma coisa antiga”, diz Luiz Adolfo Lino de Souza, o editor de arte dos jornais da RBS e professor da PUC do Rio Grande do Sul. Cogitada desde sua aquisição, a idéia de alterar o formato do jornal não agradava aos leitores de Blumenau e da região do Vale do Itajaí.

Anos se passaram e a proposta voltou a ser discutida, segundo Luiz Adolfo, ao se perceber que havia uma tendência mundial de mudar o formato *standard*, de seis colunas, para o tablóide, que tem cinco. Segundo dados da Associação Mundial de Jornais, esta transformação ocorre atualmente em 30 jornais de grande circulação mundial. As mudanças recentes mais divulgadas foram as das publicações *The Independent* e *The Times*. No caso da primeira, tudo começou com uma grave crise financeira do jornal, que pertence ao grupo Independent News & Media. Em busca da modernização e do aumento das vendas, o jornal diário passou a ser publicado tanto no formato tablóide como no *standard*, com o mesmo conteúdo em ambos, por um período de três meses para testar a receptividade do mercado.

Embora o conceito tablóide esteja ligado a publicações populares e sensacionalistas na Inglaterra, como o diário *The Sun*, os leitores do jornal *The Independent* aprovaram a alteração do formato. Números e estatísticas reforçam o fato. A quantidade de leitores aumentou cerca de 31% com destaque para a audiência feminina, que cresceu 47%, juntamente com a circulação, que subiu 18% e chegou a mais de 262 mil exemplares vendidos diariamente em agosto deste ano. Já os lucros cresceram 42% no primeiro semestre de 2004. A circulação do periódico *The Times* acompanha este crescimento. Em relação ao 2003, o jornal obteve um aumento de 3% na circulação após o lançamento do tablóide e vendeu, em média, 648 mil exemplares por dia em agosto deste ano.

No Brasil, as vendas do *Jornal de Santa Catarina* não influenciaram a mudança de formato, já que a circulação cresceu 12% de janeiro a julho de 2004 em comparação ao mesmo período de 2003. Atualmente são vendidos, em média, 17 mil exemplares. Além da tendência mundial por este formato, o editor de arte Luiz Adolfo aponta outros dois fatores que foram fundamentais para a mudança de tamanho, decidida pelo grupo RBS em junho. As experiências bem-sucedidas com o *Diário Catarinense* e o *Diário de Santa Maria* — lançado no formato compacto em 2002, no Rio Grande do Sul, e cujo mercado, na opinião de Adolfo, é semelhante ao de Blumenau —, e, sobretudo, as pesquisas qualitativas feitas com

assinantes do *Jornal de Santa Catarina*, que representam cerca de 80% dos leitores, e anunciantes influenciaram na decisão. “Descobrimos, através das conversas, que as pessoas não se importavam com o tamanho, mas sim com o conteúdo do jornal”, explica Adolfo. “Fiquei impressionado com esta falta de vínculo com o formato, pois não era algo esperado. O medo que tínhamos para implementar as mudanças desapareceu após as pesquisas”, ressalta.

Aprovada a mudança, os preparativos começaram. O editor de arte dos jornais da RBS adaptou o formato do *Santa* em junho, conforme o projeto que ele criara em 2001. O periódico abandonou o formato *standard*, para o tablóide. Em agosto, foram criados os cinco novos cadernos da publicação — Vida, Viagem, Casa & Cia, Gastronomia e Sobre Rodas — que são publicados em dias alternados, e lançada uma versão-piloto do novo jornal. As editorias passaram por um treinamento de 15 dias e os equipamentos tiveram ajustes técnicos — não houve necessidade de adquirir rotativas novas. As duas maiores preocupações, segundo Adolfo, eram causar o “menor trauma possível” com a mudança de formato do *Santa* e agregar os assuntos. Por estes motivos, a parte gráfica da publicação não sofreu alterações e a seqüência das seções permaneceu igual.

As novidades são os novos colunistas, dois diários e seis semanais, cujos textos se revezam no espaço da penúltima página e a adição de oito páginas coloridas. “O uso de cor é uma tendência que já está integrada ao hábito do leitor”, argumenta Adolfo. Também foi criado o Conselho do Leitor, que surgiu na década de 90 na imprensa européia e já existe em outros veículos da RBS. Neste conselho, um representante da chefia de Redação e um editor, repórter ou colunista convidado do *Santa* se reúnem a cada 15 dias com nove leitores para discutir o conteúdo da publicação e apresentar sugestões. Todos são voluntários, escolhidos através de uma seleção feita com base em currículos e entrevistas e terão mandato de um ano. Outra inovação é a página interativa do leitor, que apresenta assuntos relacionados à comunidade, como enquetes, obituários e guia de serviços e eventos. Durante a implementação das mudanças, surgiram alguns problemas com a parte gráfica, como textos, letras e cores, que precisaram ser adaptados, e com as fotografias, cujo tamanho sofreu uma pequena redução.

Para Luiz Adolfo, os leitores da Região Sul preferem o formato tablóide graças ao sucesso dos jornais gaúchos *Folha*



Novidades incluem cadernos e colunistas



Luiz Adolfo: leitor exigiu conteúdo igual

da Tarde (1936-1984) e *Última Hora* (1960-1964), os primeiros diários a utilizar este tamanho no Rio Grande do Sul. Além disso, Adolfo garante que os periódicos argentinos, tradicionalmente publicados no tamanho compacto, também contribuíram para este sucesso, embora numa proporção menor, e que, por ser moderno, mais prático e organizar melhor a leitura, o formato tablóide ganha uma aceitação cada vez maior do público. A RBS foi o único grupo de mídia do Brasil a obter sucesso com este tamanho, ao seguir a tradição européia e adquirir o jornal *Zero Hora*, em 1970. Todos os jornais da empresa lideram os mercados em que atuam. Segundo pesquisas do Instituto Verificador de Circulação (IVC), o Rio Grande do Sul e Santa Catarina são os estados do Brasil em que se mais lê jornal e sua região é a única do país que apresenta expressivos índices de crescimento na circulação de periódicos.

O *Jornal de Santa Catarina* circula em 65 cidades de toda a Região do Vale do Itajaí, que tem população de 900 mil habitantes, e do litoral norte-catarinense de segunda a sábado, com uma edição conjunta no fim de semana. A mudança do formato reforça a característica pioneira do *Santa*, que foi o primeiro periódico a ser impresso pelo sistema off-set em Santa Catarina e a publicar uma versão virtual na Internet. Aliás, foi em Blumenau onde surgiram as primeiras emissoras de rádio (Rádio Clube de Blumenau, criada em 1931) e de televisão do estado (a rede TV Coligadas, 1969-1979). A região de Blumenau é o único núcleo produtor de cristais no Brasil, o segundo pólo têxtil do mundo e importante centro de criação de softwares.

A mudança de tamanho do *Santa*, contudo, não foi a primeira de um jornal tradicional do estado. O diário mais antigo de Santa Catarina, *O Estado*, passou a ser publicado no formato tablóide a partir de 13 de maio de 2003, dia em que completou 88 anos de existência. A alteração já era planejada há dois anos. O novo projeto gráfico foi produzido pelo editor de diagramação, Ronaldo Silva, e pela editora-chefe, Sandra Annuseck, que levou dois meses para ajustar o jornal ao novo modelo. Atualmente, *O Estado* está passando por uma reestruturação administrativa-financeira, comandada pela empresa curitibana Fator Gestão Empresarial. O trabalho de análise da situação econômico-financeira e patrimonial será concluído até o final de outubro, e o projeto de recuperação dos negócios do jornal levará cinco anos.

Na edição do diário *Times* de 17 de setembro, o jornalista Brian MacArthur afirma que as pessoas estão testemunhando uma mudança histórica na imprensa britânica. “Todos os jornais em formato convencional [*standard*] mudarão eventualmente para o formato tablóide. A forma como as notícias são apresentadas e reportadas nos jornais na era da Internet e da transmissão 24 horas por dia também se transformarão inevitavelmente”, diz MacArthur. A mudança não é traumática porque os leitores britânicos já conhecem e experimentam há décadas as versões em “meia folha” de seus diários sensacionalistas — *The Sun*, *The Mirror*, entre outros. O formato tablóide está atraindo o público britânico com menos de 44 anos. Jovens leitores se interessam por esse tipo de formato pois ele é mais compacto e fácil de ser carregado e manejado, além de apresentar manchetes com maior destaque na primeira página.

Textos: Rodrigo Schmitt

Diários ingleses mudam formato na disputa por leitores

O conselho do *Guardian Media Group* aprovou, em junho, a proposta de reformulação do formato de seus dois diários *The Guardian* e *The Observer*. Nos últimos meses, os dois jornais vêm sofrendo o impacto provocado pela mudança de tamanho dos seus principais rivais, o *Independent* e o *Times*, que passaram a ser publicados em tablóide em 2003. O *Guardian*, por exemplo, teve sua pior performance dos últimos 20 anos e apresenta uma queda constante de 4% ao ano em seus índices de venda. Apesar disso, o jornal ainda está à frente do *Independent*. Em agosto de 2004, o *Guardian* vendeu 364 mil exemplares diários, enquanto os números de seu rival chegaram a mais de 262 mil.

Para reverter a situação, o *Guardian Media Group* investirá 50 milhões de libras (R\$ 258 milhões) no relançamento de seus títulos, previsto para 2006. O diário *Guardian*, porém, já rejeitou o formato tablóide. O jornal pesquisa tamanhos alternativos e está analisando o chamado “berliner-sized”, que tem mais altura do que o tablóide, mas é menor do que o *standard*. Este formato médio, conhecido como “belga” no Brasil, já é utilizado por outros periódicos europeus, como o francês *Le Monde* e o alemão *Berliner Zeitung*. Segundo o editor do *Guardian*, Alan Rusbridger, a publicação inglesa rejeitou o tablóide pois o jornalismo que faz é diferente do que é pro-



duzido pelo *Times* e pelo *Independent*. “O *Independent* é melhor como tablóide do que era no formato anterior. Eu não acho que esta mesma prerrogativa sirva para o *Guardian*. Faremos algo distinto em nosso próprio momento”, sentencia.

Na edição do diário *Times* de 17 de setembro, o jornalista Brian MacArthur afirma que as pessoas estão testemunhando uma mudança histórica na imprensa britânica. “Todos os jornais em formato convencional [*standard*] mudarão eventualmente para o formato tablóide. A forma como as notícias são apresentadas e reportadas nos jornais na era da Internet e da transmissão 24 horas por dia também se transformarão inevitavelmente”, diz MacArthur. A mudança não é traumática porque os leitores britânicos já conhecem e experimentam há décadas as versões em “meia folha” de seus diários sensacionalistas — *The Sun*, *The Mirror*, entre outros. O formato tablóide está atraindo o público britânico com menos de 44 anos. Jovens leitores se interessam por esse tipo de formato pois ele é mais compacto e fácil de ser carregado e manejado, além de apresentar manchetes com maior destaque na primeira página.

Apple consagra tendência digital

iPod desperta concorrência, atrai grandes empresas e reduz a pirataria

Dono de vários títulos de *designer* do ano, profissional mais admirado no mundo das novas tecnologias, personalidade mais importante no mundo da indústria da informática, e número um da lista das 50 celebridades mais influentes da Inglaterra feita pela BBC, superando J.K. Rowling, autora de *Harry Potter*, que vendeu milhões de livros ao redor do mundo, a segunda colocada. Estes são apenas alguns prêmios que Jonathan Ive, criador do iPod vem colecionando desde o lançamento do iMac, computador também desenhado por ele e que vendeu dois milhões de unidades em 1998, quando foi lançado. Sua segunda criação dentro da Apple, onde trabalha desde 92, vem revolucionando o mundo da música digital. O iPod, toca-mp3 lançado no final de 2001, já vendeu mais de cinco milhões de unidades superando previsões. Só o modelo mini, que foi lançado em fevereiro nos Estados Unidos e em julho no resto do mundo, já vendeu três milhões de unidades. No ano passado, a Apple lucrou 345 milhões de dólares com a comercialização de iPods. Foi a empresa que mais subiu no *ranking* das maiores e mais lucrativas empresas (sete posições) ficando em 43º lugar, segundo a lista feita pela empresa de consultoria Interbrand e divulgada pela revista americana *Business Week*.

iPod- O toca-mp3 de bolso, que tem 20 gigabytes de memória, consegue armazenar aproximadamente cinco mil músicas, muito mais do que se consegue ouvir no tempo em que dura uma bateria (12 horas) e custa em média R\$ 2,4 mil. O modelo mini, que é menor que um celular e segundo a Apple o menor do gênero existente no mercado, tem capacidade para armazenar até mil músicas e custa uma média de R\$ 1,6 mil. A empresa também lançou um outro modelo do mesmo tamanho que o iPod básico mas com o dobro de memória. Além de tocar mp3, o iPod apresenta outros serviços como jogos, despertador e lista telefônica. No futuro ele poderá também ser guia interativo e identificar banheiros limpos. Este serviço já está disponível para os usuários em Londres e oferece dados sobre localização, horários de funcionamento, aparelhos e limpeza de 114 banheiros na região central da capital britânica. A Nykis, empresa que criou o serviço, pretende incluí-lo também em outras cidades.

Para acompanhar o sucesso do tocador portátil, a Apple lançou em abril de 2003 um serviço para comércio de músicas digitais, o iTunes, disponibilizando 700 mil faixas a 99 centavos de dólar cada. Em um ano, vendeu 100 milhões de músicas, o que representa 70% do total de *downloads* legais de mp3. Como precisam pagar direitos autorais aos artistas e uma porcentagem às gravadoras, o site fica com uma pequena porcentagem do valor de cada música - quatro centavos. O grande lucro da empresa está concentrado na venda dos toca-mp3. Mas não se pode negar a influência do serviço sobre as vendas dos aparelhos. Antes do lançamento do iTunes, eram vendidos 20 mil aparelhos por mês e depois esse número saltou para 100 mil.

Concorrência- A empresa de consultoria InformaMedia, sediada em Londres, estima que mais de 10 milhões de toca-mp3 serão vendidos neste ano, o que representa um crescimento de 91% nas vendas. Querendo abocanhar um pedaço deste mercado em ascensão outras empresas estão se lançando no mercado de toca-mp3. A Sony, empresa que em 25 anos já vendeu mais de 340 milhões de *walkmans* e *diskmans*, lançou em julho no Japão seu aparelho, o Network walkman, para concorrer diretamente com o iPod. O toca-mp3 da Sony armazena 13 mil músicas, três mil a mais que o modelo de 40 GB da Apple e tem uma bateria com 30 horas de duração, contra 12 horas do iPod. A empresa japonesa lançou em maio seu site de comércio de músicas digitais. O Sony Connect, disponibiliza 500 mil faixas ao preço de 0,99 dólares cada e, assim como o iTunes da Apple, pretende avançar a venda dos toca-mp3. A Microsoft também vai entrar no mercado. Até o final do ano a empresa de Bill Gates pretende lançar o Windows Media Player 10, aparelho com memória de 40 GB, que poderá armazenar 175 horas de vídeo, 10 mil músicas ou 100 mil imagens. O site MSN vai vender as músicas, que poderão ser ouvidas no Windows e em alguns tocadores portáteis. Alguns aparelhos não aceitam certos formatos usados para comprimir as músicas e este é um problema que as empresas terão de solucionar - caso da Sony, que tem formato próprio. A Apple enfrentou um problema por esse motivo recentemente. Os usuários do iPod não puderam escutar as músicas do novo CD do *Velvet Revolver's* (BMG) pois ele foi gravado no formato WMA utilizado na maioria



Ive: revolução e mp3

de CDs com gravação contra cópias - que não é compatível com o iPod, que funciona no formato DRM. O Network walkman da Sony vai enfrentar problemas semelhantes pois trabalha com um formato próprio, que vai limitar seus usuários a comprarem somente músicas de seu site.

A empresa de *software* RealNetworks, que também comercializa músicas digitais, desenvolveu um programa, o Realplayer Jukebox, para desbloquear os diferentes formatos de mp3. Este programa faz com que as músicas baixadas no site da empresa possam ser ouvidas nos iPods que utilizam o formato DRM. Para ganhar mais espaço no mercado, a empresa baixou temporariamente o preço da música para US\$ 0,49, cinquenta centavos de dólar a menos que no iTunes. Para essa operação, com duração prevista de um mês, a empresa terá um prejuízo de 1% por ação.

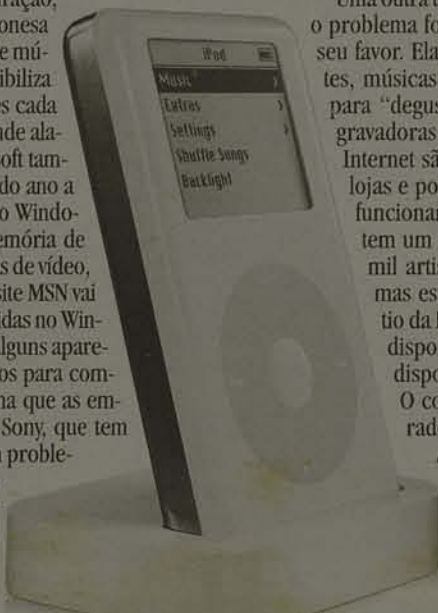
Mas não são só empresas ligadas à informática que estão investindo em música digital. A Pepsi se aliou à Apple para distribuir 100 milhões de *downloads* gratuitos em promoções. A intenção da empresa era aumentar as vendas de latinhas de refrigerante. O McDonald's fez uma parceria com a Sony com a mesma intenção da Pepsi de distribuir músicas gratuitamente. Para cada Big Mac comprado, o consumidor teria direito a baixar uma música no site Connect, da Sony. A Coca-cola está vendendo músicas em seu site próprio, o mycokemusic.com, que possui 250 mil faixas. Acreditando na vitória da música digital sobre o CD, a maior vendedora de CDs do mundo, a rede de lojas Wal-Mart, se juntou aos inimigos: abriu no final do ano passado sua loja virtual.

Contra a pirataria - Embora o número de músicas baixadas legalmente na Internet esteja aumentando, ainda corresponde a uma fração muito pequena dos arquivos trocados na rede mundial de computadores. Todos os dias três bilhões de músicas são trocadas e deste número menos de 150 milhões são baixados legalmente. Nos Estados Unidos, 40 dos 150 milhões de internautas utilizam serviços P2P (*peer to peer* ou troca de arquivos entre os usuários) para baixar arquivos gratuitamente. No Brasil, este número é bem menor. Ao todo, são 14 milhões de internautas. Com o elevado tráfego de dados, o crescimento de lojas de *downloads* de músicas fica mais difícil.

As gravadoras e os artistas estão tendo grandes prejuízos com os serviços de troca de arquivos. No ano de 2002, por exemplo, eles tiveram um prejuízo de R\$ 700 milhões. Para tentar conter o avanço da música ilegal, as gravadoras estão processando internautas que as baixam em grande quantidade. Até agora, cerca de quatro mil pessoas foram processadas nos Estados Unidos. Mas a operação não tem surtido efeito. A quantidade de *downloads* ilegais não diminuiu. Os usuários mudaram de rede de compartilhamento de arquivos para despistar as gravadoras. Migraram de programas conhecidos como Morpheus, Grokster e Kazaa para outros como Bit Torrent e eDonkey que são mais utilizados na Europa e Ásia. Os brasileiros com esse mesmo hábito não têm o que temer. A legislação brasileira não permite a punição de quem baixar músicas para consumo próprio. No Brasil, somente a comercialização de músicas ilegais é crime. O país é um dos que mais sofre com a pirataria, ficando atrás apenas dos Tigres Asiáticos. Para cada CD original vendido no Brasil, outro pirata chega ao mercado.

Uma outra tentativa das gravadoras de acabar com o problema foi usar a Internet e a música digital a seu favor. Elas começaram a oferecer em seus sites, músicas para *download* gratuito e *samples* para "degustação" dos internautas. Segundo as gravadoras, as pessoas que baixam músicas na Internet são as mesmas que compram CDs nas lojas e por isso, os *downloads* gratuitos iriam funcionar como publicidade. A gravadora EMI tem um catálogo de 140 mil músicas de três mil artistas em loja virtual sendo que algumas estão disponíveis gratuitamente. No site da BMG, apenas minutos das faixas estão disponíveis. A gravadora brasileira Trama disponibilizou algumas músicas gratuitas. O comércio de música digital é considerado uma boa solução para a pirataria. As músicas compradas no iTunes, por exemplo, não permitem cópias. Elas podem ser ouvidas em vários iPods, mas somente em três computadores diferentes. Novos capítulos virão.

Priscila Grison



DISCOS

Independentes



O som que Santa Catarina produz



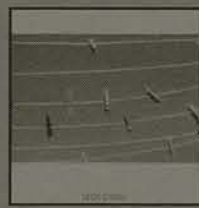
Silvio Mansani - Minérios combustíveis da alegria (Beluga Records) Paranaense radicado há mais de dez anos em Florianópolis, Silvio Mansani é compositor de criatividade e inventividade marcantes. Suas letras, melodias e harmonias destacam-se pelo bom gosto e pelo total distanciamento de lugares-comuns. Ricardo Fuji, Leonardo Garcia e Luiz

Gustavo Zago - seus parceiros de composição - são igualmente surpresas gratificantes. Além de ótimo compositor, Silvio mostra-se um intérprete seguro nos dois poemas e oito músicas que selecionou para esse seu CD de estréia. Os destaques vão para o samba *Bom Tempo*, a *marcha-reggae* *Porquês* e o tango *Ladainha*. Quem se afina com a interpretação elegante e econômica de Edu Lobo e Paulinho da Viola e com a criatividade de Luiz Tatit e Itamar Assumpção com certeza gostará bastante deste CD. Contato: silviomansani@hotmail.com



Tatiana Cobbett & Marcoliva - Parceiros (JT Records - distribuição Som Livre) *Parceiros* apresenta uma dupla de compositores de mão cheia que adotaram Florianópolis como novo lar: a cantora carioca Tatiana Cobbett e o violonista e cantor gaúcho Marcoliva. Sendo fiéis ao título que escolheram, a prolifera dupla conta com 12 parceiros para apresentar suas inspiradas músicas,

dentre eles o violonista Luiz Meira (que também assina a produção do disco), o baixista Sizão Machado, o baterista Edu Ribeiro e ainda a participação especialíssima da cantora, violonista e compositora Badi Assad. Ouça com atenção a sensual *Básica* e a densa *Rosa*, primeira composição da dupla, em arranjo de Badi Assad. Após ser lançado de forma independente em 2002, o CD será relançado ainda este ano com distribuição da Som Livre, devido à ótima repercussão dos shows que Tatiana e Marcoliva realizaram em vários estados brasileiros e países do Mercosul. Vale a pena conferir tanto o show quanto o CD! Contato: www.sonoraparceria.com.br



Seis cordas (Beluga Records) apresenta um panorama primoroso do violão instrumental em Santa Catarina. Participam os músicos Tiago Nogueira, Joel Colman, Ricardo Pauletti, Gil Medeiros e os duos Terra Brasilis (Edson de Oliveira e Otavio Rosa) e Brasil Papaya (Eduardo e Renato Pimentel). Diversos temas são apresentados - de

suaves e intimistas a percussivos e virtuosísticos - nos quais são notadas influências de várias regiões brasileiras em composições e interpretações que surpreendem pela qualidade técnica e artística. Parabéns e graças a Renato Pimentel, que idealizou e batalhou para viabilizar esse belo projeto! Merece menção também o criativo projeto gráfico de Marina Moros. Contato: The Magic Place (48) 234.3853



Cravo-da-Terra (Independente) O grupo Cravo-da-Terra - composto atualmente por Ive Luna (voz e flautas), Luis Coelho (violão), Mateus Costa (baixo acústico) e Marcelo Mello (violino) - vem obtendo um reconhecimento cada vez maior para o seu trabalho, tanto por parte do público como da imprensa especializada, desde seu surgimento em 2000, em Florianópolis. Quem gosta de boa

música e já teve oportunidade de assistir a alguma apresentação do grupo muito dificilmente deixa de se envolver com o clima medieval com um "quê" de Mutantes das melodias criadas pelo grupo, ou selecionadas por eles de outros autores, principalmente catarinenses. Enquanto prepara seu CD de estréia, o grupo lançou no final de 2003 este CD-demo com cinco faixas que dão uma boa idéia da qualidade do trabalho que vem por aí: *Eu chego lá* e *A aranha*, de Marcelo Mello, e *O vinil* (2º colocado no IV Festival de Música do SESC/SC), *Em tempo* e *Aviso de partida*, de Ive Luna. A tiragem é pequena, mas você ainda pode tentar conseguir o seu! Contato: www.cravodaterra.com.br

Marcos Zero

Henri Cartier-Bresson

O desenhista que virou mestre da fotografia

Fotografar é perceber um determinado acontecimento e, numa fração de segundo chamada "momento decisivo", identificar a rigorosa organização de elementos visuais que o tornam relevante. Esse e outros conceitos célebres sobre a natureza do fotógrafo ajudam a compreender melhor a personalidade do francês Henri Cartier-Bresson, um dos ícones da fotografia do século XX, morto no dia 2 de agosto, aos 95 anos. Fotógrafo profissional e pintor por paixão, Bresson influenciou toda uma geração com sua maneira peculiar de registrar os fatos e a capacidade de misturar "desenho com luz" e arte abstrata, sem perder com isso a objetividade jornalística.

Ele prezava o anonimato inerente à sua profissão, não gostava de ser fotografado ou entrevistado e cobria sua inseparável câmera Leica com fita preta para melhor se misturar à multidão. Esse tipo de atitude fazia com que seu trabalho, principalmente nos famosos retratos que fez de Matisse, Sartre, Picasso ou Faulkner, relativizasse o papel da câmera, quase como se ela não existisse.

Mas foi retratando o cidadão anônimo que Cartier-Bresson alcançou a verdadeira notoriedade. Fosse ele um prisioneiro encarcerado, um homem correndo por poças de água ou crianças em Berlim, a lente curiosa do fotógrafo transformava suas cenas cotidianas em obras de forte carga emocional. Dizia que, na fotografia, a coisa menos importante podia ser um grande tema. Mesmo assim, como era de se esperar pelo seu comportamento introspectivo e arredio, não considerava o que fazia como sendo arte, apesar de ter sido o primeiro fotógrafo a expor no Museu do Louvre, em Paris.

Cartier-Bresson era um apaixonado pela luz ambiente e disponível, gostava de retratar a realidade como ela se apresentava. Não usava *flash*, lentes teleobjetivas ou grande-angulares para não interferir no objeto, na sua beleza intrínseca. E sempre fotografou apenas em negativos preto e branco.

Serviu o exército francês durante a II Guerra Mundial, até ser capturado pelos alemães em 1940. Após duas tentativas, em 1943, Bresson escapou do campo de concentração e entrou para a Resistência Francesa, voltando a tirar fotos. Retratou a libertação de Paris em 1944 e dirigiu um documentário sobre o retorno dos prisioneiros de guerra à cidade no ano seguinte. Em 1947 seu laço com o fotojornalismo ficou ainda mais estreito com a criação, juntamente com Robert Capa, David Seymour, Bill Vandivert e George Rodger da legendária agência de fotografia Magnum, da qual foi também presidente.

Durante a década de setenta porém, mais precisamente em 1975, parou de tirar fotos, retornando ao desenho, sua antiga paixão. Estava decepcionado com a fotografia, meio que ajudou a desenvolver e popularizar e da qual se tornou referência. Era quase como se a lente de sua máquina, "a extensão de seu olho" como costumava dizer, tivesse viajado e visto o mundo, e depois cansado dele.

Roberto Saraiva



O pulo, nos fundos da estação Saint-Lazare (1932), mulheres em Srinagar (1947), camponês almoça em Pequim (1949), ciclista em Hyères (1932), beijo roubado em um café parisiense (1959), com sua filha Mélanie (1981), resgate do vinho dominical na rue Mouffetard (1954) e detalhe particular de um eterno tema fotográfico (1967)

